



Anais da Assembléia

Nº 043

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE ABRIL DE 1990

ANO XV

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA ATA DA 26.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 1990

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado José Afonso Júnior, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio. À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Eduardo Baggio, Ezequias Losso, Leônidas Chaves, Luiz Antonio Setti e Quielse Crisóstomo (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o N° DTL/SAT/62 e 63/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei n°:

230/89: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza o Poder Executivo a

proceder alteração da escritura de doação de imóvel ao Município de Cruz Machado, pela Lei n° 7.230, de 24/10/79, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.225. Anote-se - Arquive-se.

170/88: De autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que cria o Município de Maripá, com território desmembrado do Município de Palotina com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.226. Anote-se - Arquive-se.

Sob o n° 495/90, do Senhor JOAO CÂNDIDO FERREIRA DA CUNHA PEREIRA - Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminho emenda substituindo o projeto de lei, contido no ofício 482/90, com vistas a compatibilizá-lo aos projetos de Lei dos demais Poderes do Estado. Ao conhecimento da Casa.

Ofício n° 088/90-GAB

Curitiba, 24 de abril de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para comunicar-lhe que, em data de 19 do corrente, a convite de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado do Paraná, assumi o cargo de Secretário de Estado da Comunicação Social.

Para as necessárias providências, estou anexando ao presente cópia do Decreto de nomeação de n° 6765, bem como da respectiva publicação no Diário Oficial do Estado n° 3247, de 19.04.90.

Em minhas novas atividades, coloco-me à disposição de Vossa Excelência.

Atenciosamente

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) MUSSA JOSÉ ASSIS

Secretário da Comunicação Social

DECRETO N° 6765

O Governador do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Nomear, de acordo com o art. 24, item III, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970, MUSSA JOSÉ ASSIS, RG n° 350.671, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário de Estado da Comunicação Social, ficando exonerado, a pedido, LUIZ FÁBIO CAMPANA, RG n° 506.649.

Curitiba, em 19 de abril de 1990, 169º da Independência e 102º da República.

(aa) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

WAGNER BRÚSSOLO PACHECO

Chefe da Casa Civil

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 982

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência aos Projetos de Lei números 209/90; 160/90; 159/90 e 158/90, que tratam da aplicação dos artigos da Constituição Estadual sobre os direitos da mulher.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO N° 993

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao projeto de resolução que autoriza a realização do plebiscito no Município de Assis Chateaubriand, visando a criação do Município de ENCANTADO DO OESTE, com as divisas e confrontações que especifica.

REQUER, ainda, a respectiva inclusão na Ordem do Dia com parecer da Comissão Geral de Plenário.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(aa) NAMIR PIACENTINI

NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 994

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao projeto de resolução que autoriza a realização do plebiscito no Município de Campo Mourão, visando a criação do Município de FAROL, com as divisas e confrontações que especifica.

REQUER, ainda, a respectiva inclusão na Ordem do Dia com parecer da Comissão Geral de Plenário.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 981-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência em discussão e votação, para os Projetos de Resolução n° 34/90 e de Lei n°s 232, 233, 234 e 235/90, constantes da Ordem do Dia da presente sessão e, que versam sobre o reajuste dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO N° 991

Senhor Presidente.

O Deputado DAVID CHERIEGATE ao final assinado no desempenho do seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a

V.Exa., após ouvido o Plenário, Preferência de Votação ao Projeto de Lei n° 105/90, que cria o Município de IGUAÇU, desmembrado do Município de Corbélia.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO N° 1010

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Lei n° 186/89, item n° 28 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO N° 1002

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia da próxima sessão, o Projeto de Lei n° 19/90 que assegura a colocação de balanças de precisão na saída dos caixas, em supermercados.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 1003

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia da próxima sessão, o Projeto de Lei n° 17/90 que assegura isenção de I.C.M.S. nas vendas de tijolos e telhas de barro diretamente da indústria ao adquirente.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 984

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1011

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Dispensa da Publicação das Redações Finais dos projetos aprovados na Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO N° 983

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral, para apreciar os Projetos de Lei n°s: 209/90, que trata do estabelecimento do cumprimento dos artigos 170 e 215 da Constituição Estadual no tocante à saúde da mulher e planejamento familiar; 160/90, que cria albergues e abrigos para atendimento de pessoas vítimas de violência na relações familiares; 159/90, que estabelece a forma de cumprimento do art. 176 da Constituição Estadual sobre a interrupção da gravidez; 158/90, que estabelece a aplicação do artigo 254 da Constituição Estadual, sobre a creche em presídios femininos.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO N° 999

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja levado no dia 25 de abril do corrente à apreciação da Comissão Geral desta Assembléia, para parecer, o Projeto de Lei n° 159/89, que cria o Município de DIAMANTE DO SUL, desmembrado do Município de Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) MÁRIO PEREIRA

REQUERIMENTO N° 1000

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja levado no dia 25 de abril do corrente à apreciação da Comissão Geral desta Assembléia, para parecer, o Projeto de Lei n° 270/89, que cria o Município de Anahy, desmembrado do Município de Corbélia.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) MÁRIO PEREIRA

REQUERIMENTO N° 1006

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a realização de sessões plenárias, logo após a Sessão Ordinária de hoje, para apreciar a 3ª Discussão e Redação Final dos projetos que versam sobre o aumento do funcionalismo.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 1007

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e especificamente com base no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral no dia 25 de abril às 14:30 horas, para apreciar o Projeto de Lei n° 242/90.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 998

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja transformado a Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário no dia 25 de abril de 1990, às 14:30 horas, para discussão e votação do projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1005

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário apoio da Assembléia Legislativa do Paraná, para realização de uma mesa redonda sob o tema, "As Implicações da Assistência Farmacêutica na Saúde Pública", a realizar-se no Auditório Luiz Gabriel Sampaio, no dia 07 de maio às 18:30hs.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(aa) EZEQUIAS LOSSO

HAROLDO RODRIGUES

JUSTIFICATIVA:

Os objetivos pretendidos com esta mesa redonda é discutir a assistência farmacêutica na saúde pública, e o Projeto de Lei n° 2752/89 de autoria do Deputado Max Rosenmann, que altera o art. 15 da Lei n° 5991, dispensando a presença obrigatória do Responsável Técnico, restringindo esta presença somente às farmácias que manipulam fórmulas magistrais.

Por ocasião da sua realização serão convidadas as entidades abaixo relacionadas:

- 1 - Conselho Regional de Farmácia.
- 2 - Associação Paranaense de Farmacêuticos.
- 3 - Representação de Conselho Federal de Farmácia.
- 4 - Sindicato dos Farmacêuticos.
- 5 - Divisão de Vigilância Sanitária da SESA.

- 6 - Sociedade Brasileira de Análises.
- 7 - Associações Regionais de Farmácia.

REQUERIMENTO N° 995

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Associação de Proteção a Maternidade e Infância, localizada em Goioerê.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção a Maternidade e Infância, localizada em Goioerê, é uma entidade assistencial que atende a dezenas de gestantes e recém-nascidos, proporcionando tranqüilidade e segurança às mães. Entretanto, por motivos de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 996

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche São José, localizada em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche São José, localizada em Campo Mourão, é uma entidade assistencial que vem mantendo uma tradição de bom atendimento a pessoas carentes, possibilitando que os pais dessas possam trabalhar. Porém, por motivos de dificuldades financeiras, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 1001

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, Dr. Paulo Roberto Pereira de Souza no sentido de, através da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, informar a esta Assembléia Legislativa, no prazo legal, a respeito do seguinte:

a) - Quantos e quais municípios paranaenses estão com sistema de implantação de rede de esgotos com a adoção, para esses municípios, do esquema de "contribuição de melhoria", isto é, com a coletividade participando dos custos;

b) - Em hipótese positiva, indicar os

respectivos municípios e fornecer os contratos envolvendo as respectivas municipalidades e a Sanepar.

c) - Ainda em caso positivo, prestar - através de documentos - os contratos, custos, prazos e eventuais terceiros que estejam envolvidos em quaisquer dos mencionados planos comunitários.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É de capital importância para a Assembléia Legislativa do Paraná, a obtenção das informações aqui solicitadas, que resultarão numa forma prática de estabelecer contacto direto no seu sentido mais amplo e mais abrangente quanto aos serviços daquela importante empresa.

REQUERIMENTO N° 1004

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições constantes do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, após ouvido em Plenário desta Casa, REQUER a Vossa Excelência, seja encaminhado ofício à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando providências urgentes no sentido de dotar o aeroporto da Cidade de Toledo de balizamento e obras complementares.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

O aeroporto de Toledo possui pista de pouso totalmente asfaltada, com abrigo para os usuários e área destinada ao embarque e desembarque de passageiros, além de angares para uso de pequenas aeronaves.

Porém, o referido aeroporto carece de iluminação adequada para o pouso de aviões. Com o balisamento da pista e das obras complementares necessárias a serem realizadas, haverá a facilidade na movimentação daqueles aparelhos.

Fato importante de se registrar, é o de cada vez ser maior o número de usuários daquele aeroporto, em função do crescimento da indústria e comércio da região. Toledo possui o maior abatedouro de suínos da América Latina e o maior abatedouro de aves do Estado do Paraná. Possui também, uma das mais expressivas produções de grãos entre a soja, trigo, e milho. Além disso, os Municípios vizinhos, também dedicados a agropecuária, passariam a ser beneficiados com esses serviços.

Contando com a aprovação por parte dos nobres Deputados e o respaldo da Secretaria de Estado dos Transportes.

REQUERIMENTO N° 986

Senhor Presidente.

Namir Piacentini, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de

suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, para que seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências no tocante ao fornecimento de peças para manutenção das viaturas policiais do Município de Campo Mourão.

A presente reivindicação deve-se ao fato de atualmente aquelas viaturas estarem em sua maioria, precisando de reparos e peças de manutenção, sem contarem com a respectiva remessa por parte dessa Secretaria.

Dada a relevância desta proposição e certo do proverbial atendimento, como já foi demonstrado por esta pasta, quando de outros pleitos, ficamos no aguardo de um parecer favorável, dentro da brevidade que a própria questão requer.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 988

Senhor Presidente.

Namir Piacentini, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder, a Excelentíssima Secretária de Estado da Educação, Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, em manifestação de apoio à proposição encaminhada pelo Vereador Celso Romualdo Ferrari, do Município de Campo Mourão, cujo inteiro teor segue em anexo.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

Ofício n° 1.431-89/90

Campo Mourão, 11 de abril de 1990.

Senhora Secretária,

Aprovado pelo Plenário do Legislativo Campo-mourense no decurso da Sessão Ordinária realizada em 09 do fluente, cabe-nos submeter ao crivo de Vossa Excelência, para providências julgadas cabíveis, Requerimento n° 771-89/90, formulado pelo Vereador Celso Romualdo Ferrari, cujo inteiro teor se segue:

"Considerando que o Colégio Agrícola de Campo Mourão, pertencente a Rede Estadual de Ensino, tem cerca de 110 alunos e está localizado a 8 quilômetros da Cidade; Considerando que a irregularidade no transporte vem prejudicando os alunos, pois a atual administração municipal retirou o ônibus que atendia o Colégio e a empresa que explora o serviço de transporte coletivo urbano não atende a contento o roteiro;

Considerando que o Colégio Agrícola de Campo Mourão já é considerado como um dos melhores do Paraná e, portanto, apresenta

uma demanda crescente de vagas,

...seja enviado ofício à Secretaria de Estado da Educação, solicitando a destinação de um microônibus para o Colégio Agrícola de Campo Mourão, ligado à Fundação Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão".

Colhemos a oportunidade, para renovar a Vossa Excelência os nossos protestos de elevada e respeitosa consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ CARLOS TEODORO DE OLIVEIRA

Presidente

A

Excelentíssima Senhora

Professora Gilda Poli Rocha Loures

Digníssima Secretária de Est. da Educação
Curitiba - Paraná

REQUERIMENTO N° 987

Senhor Presidente.

Namir Piacentini, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder, ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias e ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, com manifestações de apoio à proposição encaminhado pelo Vereador Celso Romualdo Ferrari, cujo inteiro teor segue em anexo.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

Ofício n° 1.439-89/90

Campo Mourão, 11 de abril de 1990.

Senhor Governador.

Aprovado pelo Plenário do Legislativo Campo-mourense no decurso da Sessão Ordinária realizada em 09 do fluente, cabe-nos submeter ao crivo de Vossa Excelência, para providências julgadas cabíveis, Requerimento n° 772-89/90, formulado pelo Vereador Celso Romualdo Ferrari, cujo inteiro teor se segue:

"Considerando que o Jardim Lar Paraná centraliza a área mais densamente habitada de Campo Mourão, com uma população estimada de 30 mil moradores nos 11 bairros que interligam a área urbana;

Considerando que a citada área apresenta sérios problemas no que tange a segurança pública, com os órgãos policiais registrando diariamente ocorrências de roubos, agressões, tentativas de homicídio, etc.; Considerando que a Secretaria de Estado da Segurança Pública, já há vários anos, criou o 1° Distrito Policial no Jardim Lar Paraná, nunca instalado por dificuldade na locação de instalações; Considerando que o 1° Distrito Policial conta, inclusive, com delegado nomeado, bacharel Luiz Carlos Kloster, e tem até equipamento de rádio,

...seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Alvaro Dias, e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, reivindicando a celebração de convênio com o Município de Campo Mourão para a construção de instalações próprias para abrigar o 1º Distrito Policial no Jardim Lar Paraná."

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência os nossos protestos de elevada e respeitosa consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ CARLOS TEODORO DE OLIVEIRA

Presidente

Excelentíssimo Senhor
Alvaro Fernandes Dias
Digníssimo Governador do Estado do Paraná
Palácio Iguazu - Centro Cívico
80.537 - Curitiba - Paraná

REQUERIMENTO N° 990

Senhor Presidente.

Namir Piacentini, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder, ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, com manifestação de apoio à proposição encaminhada pelo Vereador Zeferino Ferreira França, do Município de Campo Mourão, cujo inteiro teor segue em anexo.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

Ofício n° 1.440-89/90

Campo Mourão, 11 de abril de 1990.

Senhor Secretário,

Aprovado pelo Plenário do Legislativo Campo-mourense no decurso da Sessão Ordinária realizada em 09 do fluente, cabe-nos submeter ao crivo de Vossa Excelência, para providências julgadas cabíveis, Requerimento n° 772-89/90, formulado pelo Vereador Celso Romualdo Ferrari, cujo inteiro teor se segue:

"Considerando que o Jardim Lar Paraná centraliza a área mais densamente habitada de Campo Mourão, com uma população estimada de 30 mil moradores nos 11 bairros que interligam a área urbana;

Considerando que a citada área apresenta sérios problemas no que tange a segurança pública, com os órgãos policiais registrando diariamente ocorrências de roubos, agressões, tentativas de homicídio, etc.; Considerando que a Secretaria de Estado da Segurança Pública, já há vários anos, criou o 1º Distrito Policial no Jardim Lar Paraná, nunca instalado por dificuldade na locação de instalações;

Considerando que o 1º Distrito Policial conta, inclusive, com delegado nomeado,

Bacharel Luiz Carlos Kloster, e tem até equipamento de rádio,

...seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Alvaro Dias e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, reivindicando a celebração de convênio com o Município de Campo Mourão para a construção de instalações próprias para abrigar o 1º Distrito Policial no Jardim Lar Paraná."

Colhemos a oportunidade, para renovar a Vossa Excelência nossos protestos de elevada e respeitosa consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ CARLOS TEODORO DE OLIVEIRA

Presidente

Excelentíssimo Senhor
José Moacir Favetti
Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública
80.530 - Curitiba - Paraná

REQUERIMENTO N° 992

Senhor Presidente.

Namir Piacentini, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder respectivamente endereçados ao Banestado Clube, Provopar, LBA - Fundação Legião Brasileira de Assistência, ao Bamerindus, a Fundação Bradesco, a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social e a Fundação Roberto Marinho, em manifestação de apoio à proposição encaminhada aos mesmos, pelo Vereador Celso Romualdo Ferrari, do Município de Campo Mourão, cujo inteiro teor segue em anexo.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

Ofício n° 1.453-89/90

Campo Mourão, 11 de abril de 1990.

Prezado Senhor.

Aprovado pelo Plenário do Legislativo Campo-mourense no decurso da Sessão Ordinária realizada em 09 do fluente, cabe-nos submeter ao crivo de Vossa Senhoria, para providências julgadas cabíveis, Requerimento n° 773-89/90, formulado pelo Vereador Celso Romualdo Ferrari, cujo inteiro teor se segue:

"Considerando que a Escola de Treinamento para Deficientes Auditivos, mantida pela ANSARA - Associação Nossa Senhora Aparecida de Reabilitação Auditiva de Campo Mourão, atende cerca de 30 crianças desta Cidade e municípios vizinhos, desenvolvendo um trabalho de alto nível que tem apresentado ótimos resultados práticos; Considerando que a citada Escola funciona provisoriamente em instalações alugadas (a Rua Prefeito Devete de Paula Xavier), que não oferecem condições necessárias e im-

possibilitam o atendimento de um maior número de crianças;

Considerando que a referida entidade já dispõe de terreno no Jardim Horizonte, mas o lote poderá reverter ao domínio público caso não sejam iniciadas as obras brevemente;

Considerando os relevantes serviços prestados pela entidade e a carência de recursos para a edificação de instalações próprias e adequadas, que permitiriam até mesmo o atendimento da demanda reprimida de vagas,

...seja enviado ofício ao BANESTADO Clube, ao BAMERINDUS, ao Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR, a Legião Brasileira de Assistência - LBA, a Fundação BRADESCO, a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social e a Fundação Roberto Marinho, solicitando o envio de auxílio financeiro para a construção de instalações apropriadas para a Escola de Treinamento para Deficientes Auditivos".

Colhemos a oportunidade, para renovar a Vossa Senhoria os nossos protestos de elevada e respeitosa consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ CARLOS TEODORO DE OLIVEIRA

Presidente

Ilustríssimo Senhor
Diretor da Fundação Roberto Marinho
Rio de Janeiro - RJ

Ofício nº 1.452-89/90

Campo Mourão, 11 de abril de 1990.
Senhor Presidente.

Aprovado pelo Plenário do Legislativo Campo-mourense no decurso da Sessão Ordinária realizada em 09 do fluente, cabe-nos submeter ao crivo de Vossa Senhoria, para providências julgadas cabíveis, Requerimento nº 773-89/90, formulado pelo Vereador Celso Romualdo Ferrari, cujo inteiro teor se segue:

"Considerando que a Escola de Treinamento para Deficientes Auditivos, mantida pela ANSARA - Associação Nossa Senhora Aparecida de Reabilitação Auditiva de Campo Mourão, atende cerca de 30 crianças desta Cidade e municípios vizinhos, desenvolvendo um trabalho de alto nível que tem apresentado ótimos resultados práticos;

Considerando que a citada Escola funciona provisoriamente em instalações alugadas (a Rua Prefeito Devete de Paula Xavier), que não oferecem condições necessárias e impossibilitam o atendimento de um maior número de crianças;

Considerando que a referida entidade já dispõe de terreno no Jardim Horizonte, mas o lote poderá reverter ao domínio público caso não sejam iniciadas as obras brevemente;

Considerando os relevantes serviços prestados pela entidade e a carência de recur-

sos para a edificação de instalações próprias e adequadas, que permitiriam até mesmo o atendimento da demanda reprimida de vagas,

...seja enviado ofício ao BANESTADO Clube, ao BAMERINDUS, ao Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR, a Legião Brasileira de Assistência - LBA, a Fundação BRADESCO, a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social e a Fundação Roberto Marinho, solicitando o envio de auxílio financeiro para a construção de instalações apropriadas para a Escola de Treinamento para Deficientes Auditivos".

Colhemos a oportunidade, para renovar a Vossa Excelência os nossos protestos de elevada e respeitosa consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ CARLOS TEODORO DE OLIVEIRA

Presidente

Excelentíssimo Senhor
Odeni Vilaca Mongruel
Digníssimo Secretário da Justiça, Trabalho e Ação Social.
Curitiba - Paraná

Ofício nº 1.451-89/90

Campo Mourão, 11 de abril de 1990.
Prezado Senhor,

Aprovado pelo Plenário do Legislativo Campo-mourense no decurso da Sessão Ordinária realizada em 09 do fluente, cabe-nos submeter ao crivo de Vossa Senhoria, para providências julgadas cabíveis, Requerimento nº 773-89/90, formulado pelo Vereador Celso Romualdo Ferrari, cujo inteiro teor se segue:

"Considerando que a Escola de Treinamento para Deficientes Auditivos, mantida pela ANSARA - Associação Nossa Senhora Aparecida de Reabilitação Auditiva de Campo Mourão, atende cerca de 30 crianças desta Cidade e municípios vizinhos, desenvolvendo um trabalho de alto nível que tem apresentado ótimos resultados práticos;

Considerando que a citada Escola funciona provisoriamente em instalações alugadas (a Rua Prefeito Devete de Paula Xavier), que não oferecem condições necessárias e impossibilitam o atendimento de um maior número de crianças;

Considerando que a referida entidade já dispõe de terreno no Jardim Horizonte, mas o lote poderá reverter ao domínio público caso não sejam iniciadas as obras brevemente;

Considerando os relevantes serviços prestados pela entidade e a carência de recursos para a edificação de instalações próprias e adequadas, que permitiriam até mesmo o atendimento da demanda reprimida de vagas,

...seja enviado ofício ao BANESTADO Clube, ao BAMERINDUS, ao Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR, a Legião Brasileira

de Assistência - LBA, a Fundação BRADESCO, a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social e a Fundação Roberto Marinho, solicitando o envio de auxílio financeiro para a construção de instalações apropriadas para a Escola de Treinamento para Deficientes Auditivos".

Colhemos a oportunidade, para renovar a Vossa Senhoria os nossos protestos de elevada e respeitosa consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ CARLOS TEODORO DE OLIVEIRA
Presidente

Ilustríssimo Senhor
Diretor da Fundação BRADESCO
Rua Atílio Bório, 710
80.000 - Curitiba - Paraná

Ofício n° 1.450-89/90

Campo Mourão, 11 de abril de 1990.

Senhor Diretor Presidente,

Aprovado pelo Plenário do Legislativo Campo-mourense no decurso da Sessão Ordinária realizada em 09 do fluente, cabe-nos submeter ao crivo de Vossa Senhoria, para providências julgadas cabíveis, Requerimento n° 773-89/90, formulado pelo Vereador Celso Romualdo Ferrari, cujo inteiro teor se segue:

"Considerando que a Escola de Treinamento para Deficientes Auditivos, mantida pela ANSARA - Associação Nossa Senhora Aparecida de Reabilitação Auditiva de Campo Mourão, atende cerca de 30 crianças desta Cidade e municípios vizinhos, desenvolvendo um trabalho de alto nível que tem apresentado ótimos resultados práticos;

Considerando que a citada Escola funciona provisoriamente em instalações alugadas (a Rua Prefeito Devete de Paula Xavier), que não oferecem condições necessárias e impossibilitam o atendimento de um maior número de crianças;

Considerando que a referida entidade já dispõe de terreno no Jardim Horizonte, mas o lote poderá reverter ao domínio público caso não sejam iniciadas as obras brevemente;

Considerando os relevantes serviços prestados pela entidade e a carência de recursos para a edificação de instalações próprias e adequadas, que permitiriam até mesmo o atendimento da demanda reprimida de vagas,

...seja enviado ofício ao BANESTADO Clube, ao BAMERINDUS, ao Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR, a Legião Brasileira de Assistência - LBA, a Fundação BRADESCO, a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social e a Fundação Roberto Marinho, solicitando o envio de auxílio financeiro para a construção de instalações apropriadas para a Escola de Treinamento para Deficientes Auditivos".

Colhemos a oportunidade, para renovar

a Vossa Senhoria os nossos protestos de elevada e respeitosa consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ CARLOS TEODORO DE OLIVEIRA
Presidente

Ao Senhor

JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA

Mui Digno Diretor-Presidente do Banco Bamerindus do Brasil S/A

Rua Tenente Francisco Ferreira de Souza, 766

Caixa Postal - 3350

Curitiba - Paraná

Ofício n° 1.449-89/90

Campo Mourão, 11 de abril de 1990.

Prezado Senhor,

Aprovado pelo Plenário do Legislativo Campo-mourense no decurso da Sessão Ordinária realizada em 09 do fluente, cabe-nos submeter ao crivo de Vossa Senhoria, para providências julgadas cabíveis, Requerimento n° 773-89/90, formulado pelo Vereador Celso Romualdo Ferrari, cujo inteiro teor se segue:

"Considerando que a Escola de Treinamento para Deficientes Auditivos, mantida pela ANSARA - Associação Nossa Senhora Aparecida de Reabilitação Auditiva de Campo Mourão, atende cerca de 30 crianças desta Cidade e municípios vizinhos, desenvolvendo um trabalho de alto nível que tem apresentado ótimos resultados práticos;

Considerando que a citada Escola funciona provisoriamente em instalações alugadas (a Rua Prefeito Devete de Paula Xavier), que não oferecem condições necessárias e impossibilitam o atendimento de um maior número de crianças;

Considerando que a referida entidade já dispõe de terreno no Jardim Horizonte, mas o lote poderá reverter ao domínio público caso não sejam iniciadas as obras brevemente;

Considerando os relevantes serviços prestados pela entidade e a carência de recursos para a edificação de instalações próprias e adequadas, que permitiriam até mesmo o atendimento da demanda reprimida de vagas,

...seja enviado ofício ao BANESTADO Clube, ao BAMERINDUS, ao Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR, a Legião Brasileira de Assistência - LBA, a Fundação BRADESCO, a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social e a Fundação Roberto Marinho, solicitando o envio de auxílio financeiro para a construção de instalações apropriadas para a Escola de Treinamento para Deficientes Auditivos".

Colhemos a oportunidade, para renovar a Vossa Senhoria os nossos protestos de elevada e respeitosa consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ CARLOS TEODORO DE OLIVEIRA

Presidente

Ilustríssimo Senhor
Superintendente Estadual da LBA - Fundação
Legião Brasileira de Assistência
Avenida Cândido de Abreu, 835 - Centro Cívico
80.000 - Curitiba - Paraná

Ofício n° 1.448-89/90

Campo Mourão, 11 de abril de 1990.

Prezada Senhora,

Aprovado pelo Plenário do Legislativo Campo-mourense no decurso da Sessão Ordinária realizada em 09 do fluente, cabe-nos submeter ao crivo de Vossa Senhoria, para providências julgadas cabíveis, Requerimento n° 773-89/90, formulado pelo Vereador Celso Romualdo Ferrari, cujo inteiro teor se segue:

"Considerando que a Escola de Treinamento para Deficientes Auditivos, mantida pela ANSARA - Associação Nossa Senhora Aparecida de Reabilitação Auditiva de Campo Mourão, atende cerca de 30 crianças desta Cidade e municípios vizinhos, desenvolvendo um trabalho de alto nível que tem apresentado ótimos resultados práticos;

Considerando que a citada Escola funciona provisoriamente em instalações alugadas (a Rua Prefeito Devete de Paula Xavier), que não oferecem condições necessárias e impossibilitam o atendimento de um maior número de crianças;

Considerando que a referida entidade já dispõe de terreno no Jardim Horizonte, mas o lote poderá reverter ao domínio público caso não sejam iniciadas as obras brevemente;

Considerando os relevantes serviços prestados pela entidade e a carência de recursos para a edificação de instalações próprias e adequadas, que permitiriam até mesmo o atendimento da demanda reprimida de vagas,

...seja enviado ofício ao BANESTADO Clube, ao BAMERINDUS, ao Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR, a Legião Brasileira de Assistência - LBA, a Fundação BRADESCO, a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social e a Fundação Roberto Marinho, solicitando o envio de auxílio financeiro para a construção de instalações apropriadas para a Escola de Treinamento para Deficientes Auditivos".

Colhemos a oportunidade, para renovar a Vossa Senhoria os nossos protestos de elevada e respeitosa consideração.

Atenciosamente.

JOSÉ CARLOS TEODORO DE OLIVEIRA

Presidente

Ilustríssima Senhora
Débora Amaral de Almeida F. Dias
Mui Digna Presidenta da PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense.
Curitiba - Paraná

Ofício n° 1.447-89/90

Campo Mourão, 11 de abril de 1990.

Prezado Senhor,

Aprovado pelo Plenário do Legislativo Campo-mourense no decurso da Sessão Ordinária realizada em 09 do fluente, cabe-nos submeter ao crivo de Vossa Senhoria, para providências julgadas cabíveis, Requerimento n° 773-89/90, formulado pelo Vereador Celso Romualdo Ferrari, cujo inteiro teor se segue:

"Considerando que a Escola de Treinamento para Deficientes Auditivos, mantida pela ANSARA - Associação Nossa Senhora Aparecida de Reabilitação Auditiva de Campo Mourão, atende cerca de 30 crianças desta Cidade e municípios vizinhos, desenvolvendo um trabalho de alto nível que tem apresentado ótimos resultados práticos;

Considerando que a citada Escola funciona provisoriamente em instalações alugadas (a Rua Prefeito Devete de Paula Xavier), que não oferecem condições necessárias e impossibilitam o atendimento de um maior número de crianças;

Considerando que a referida entidade já dispõe de terreno no Jardim Horizonte, mas o lote poderá reverter ao domínio público caso não sejam iniciadas as obras brevemente;

Considerando os relevantes serviços prestados pela entidade e a carência de recursos para a edificação de instalações próprias e adequadas, que permitiriam até mesmo o atendimento da demanda reprimida de vagas,

...seja enviado ofício ao BANESTADO Clube, ao BAMERINDUS, ao Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR, a Legião Brasileira de Assistência - LBA, a Fundação BRADESCO, a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social e a Fundação Roberto Marinho, solicitando o envio de auxílio financeiro para a construção de instalações apropriadas para a Escola de Treinamento para Deficientes Auditivos".

Colhemos a oportunidade, para renovar a Vossa Senhoria os nossos protestos de elevada e respeitosa consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ CARLOS TEODORO DE OLIVEIRA

Presidente

Ilustríssimo Senhor
Rauph Sabino dos Santos
Mui Digno Gerente do BANESTADO Clube
80.010 - Curitiba - Paraná

Ofício n° 1.480-89/90

Campo Mourão, 16 de abril de 1990.

Senhor Secretário,

Aprovado pelo Plenário do Legislativo Campo-mourense no decurso da Sessão Ordinária realizada em 10 do fluente, cabe-nos submeter ao crivo de Vossa Excelência, pa-

ra providências julgadas cabíveis, Requerimento nº 768-89/90, formulado pelo Vereador Zeferino Ferreira França, cujo teor se segue:

"...seja enviado ofício à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando a especial atenção do Senhor Secretário, ao Destacamento do Corpo de Bombeiros de Campo Mourão, que dentre as muitas carências, necessita urgentemente dos seguintes equipamentos:

- uma viatura ACA; tendo em vista que o órgão opera somente com carros pesados (caminhões) de difícil locomoção em casos de urgência;

- uma ambulância; para atendimento de primeiros socorros;

- equipamentos de busca; haja visto a existência de uma represa (Usina Mourão I), onde vem ocorrendo muitos afogamentos.

Lembrar ao Senhor Secretário, que Campo Mourão, na gestão do atual Governador Álvaro Dias, foi o único Município que não recebeu nenhum equipamento ou veículo, o que não foi o caso dos Municípios de Londrina, Cascavel e Maringá, que foram agraciados com vários equipamentos e veículos".

Colhemos a oportunidade, para renovar a Vossa Excelência os nossos protestos de elevada e respeitosa consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ CARLOS TEODORO DE OLIVEIRA

Presidente

Excelentíssimo Senhor

José Moacir Favetti

Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública

Edifício Caetano Munhoz da Rocha

Centro Cívico

80.530 - Curitiba - Paraná

REQUERIMENTO Nº 997

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas prerrogativas constitucionais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Colendo Plenário, seja enviado ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, o seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

01 - Qual a situação de conservação viária da PR 163, que liga os Municípios de Pranchita e Planalto?

02 - Quais os procedimentos adotados para pavimentação de tal rodovia?

2.1 - Quando foi realizada a concorrência? Qual a empresa vencedora (enviando os documentos comprobatórios)?

03 - Quando as obras foram iniciadas e por qual razão foram interrompidas?

04 - Quando devem ser reiniciadas as obras para pavimentação da rodovia PR 163?

05 - É do conhecimento dessa Secretaria a publicidade em televisão da pavimen-

tação da PR 163?

06 - A quem cabe a responsabilidade por constar do mapa rodoviário do Estado do Paraná - 1987/1988 - a pavimentação da PR 163?

07 - A SETR tem conhecimento das dificuldades encontradas pelos usuários da PR 163, sobretudo agricultores, quando do escoamento da produção agrícola, dado o estado da referida rodovia.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná está repleto de rodovias que necessitam de melhoramentos, principalmente, de pavimentação. Entendemos que deve o Governo do Estado, através do órgão competente, viabilizar recursos e canalizar o necessário para manutenção de tais rodovias.

Não há necessidade, contudo, de "maquiagem" a realidade, transformando como que por um passe de mágica, da noite para o dia, todas as estradas em belas e transitáveis. Se não é assim, pelo menos é o que demonstra, claramente, a propaganda oficial.

Em rede de televisão, anuncia o Senhor Governador milhares de quilômetros pavimentados, recuperados, duplicados, implantados, etc, como uma "virtude" da sua administração.

Nessa onda propagandista, atropelou o bom senso Sua Excelência, o Governador. Anunciou o que ainda não existe.

Agricultores do Sudoeste do Estado há anos enfrentam dificuldades pela péssima situação da PR 163, entre o Município de Pranchita e o Município de Planalto. O péssimo estado de conservação da pista é, na verdade, o maior entrave para o transporte da produção agrícola local.

Pois bem, anunciada foi em rede de televisão, segundo testemunham os moradores do local, Prefeito e Vereadores, a pavimentação da PR 163.

Uma obra "fantasma" que absolutamente não existe. A não ser na propaganda oficial e no Mapa Rodoviário do Estado do Paraná - 1987/1988 - Impresso pela Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná.

Como os agricultores do Sudoeste não podem transportar sua produção em cima do mapa da Secretaria, nem através da propaganda cara na televisão, o problema persiste.

Enquanto alguns olham o Mapa Rodoviário da Secretaria de Estado dos Transportes e pensam que a rodovia PR 163 está pavimentada, a comunidade local, revoltada, pergunta, quem paga a conta de uma propaganda inverídica?

A realização de concorrência para pavimentação de uma rodovia não implica na

sua pavimentação, principalmente quando, pouco tempo depois, as máquinas colocadas no local para iniciar as obras são retiradas inexplicavelmente.

A pavimentação "fantasma" é um problema de responsabilidade da administração estadual. Se foi aberto o processo de concorrência, declarada(s) a(s) firma(s) vencedora(s), iniciada a pavimentação, por que tudo parou?

Por que, se não existia nada, somente a intenção, a Secretaria dos Transportes indicou, no seu Mapa Rodoviário, a rodovia em questão como pavimentada?

A denúncia, como apresenta-se claramente, é de maior gravidade, uma vez que um documento oficial traz um dado falso. Um documento que não está restrito ao âmbito do Paraná mas que, por sua condição oficial, está distribuído por órgãos Federais e outros Estados.

De quem é a responsabilidade pela informação falsa?

Da comunidade, que vive e presencia os problemas? Do Governo que, longe daquela realidade, sonha com a obra e a anuncia - solenemente - antes que se tenha tornado real? Da Secretaria de Estado dos Transportes que, com um corpo técnico do maior gabarito, deixou despercebido um erro da gravidade desse?

É o que se espera saber, para o quê, as informações solicitadas, no PRAZO LEGAL, são IMPRESCINDÍVEIS.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 035/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

"Art... - Mantida a data-base de reajuste anual, a remuneração ou os salários dos servidores, serão reajustados mensalmente a partir de abril de 1990 pelo índice do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) verificado no mês anterior.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(aa) VALDERI MENDES VILELA,

NEREU CARLOS MASSIGNAN,

FERRARI JÚNIOR,

PEDRO TONELLI,

JOÃO ARRUDA,

JOSÉ ALVES e

ANTÔNIO BÁRBARA.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 268/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado "ad referendum"

de plebiscito, o Município de SANTA FELICIDADE, desmembrado do Município de Curitiba e do Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo os resultados oficiais pelos órgãos da estatística, tanto Estadual como Federal, os índices de progresso que se verifica na região limítrofe da Capital, revelam-nos uma área em fase de franco progresso.

Sem dúvida SANTA FELICIDADE, pela sua situação geo-econômica nos habilitam a pleitear sua condição de Município.

O seu desenvolvimento revela-nos dos mais promissores, destacando-se no setor vinícola, agrícola, pecuário, industrial e turístico.

Nestas condições e tendo em vista que a criação do Município muito significará para a sua população, para a região e o próprio Estado, é que apresentamos o projeto neste sentido.

PROJETO DE LEI N° 269/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado, "ad referendum" do plebiscito, o Município de ESPERANÇA NOVA, desmembrado do Município de Pérola, com as divisas e confrontações seguintes:

- Começa no cruzamento do Rio Paracai com o Ribeirão Jequitibá no ponto mais próximo da Estrada Boa Esperança, seguindo pelo Rio Paracai até o encontro com a Estrada Lontra.

- Seguindo pela Lontra até a divisa dos lotes n°s 270 e 269. Descendo pela divisa dos referidos lotes até o Córrego Milho, seguindo por este até o encontro do Ribeirão Palmital.

- Seguindo pelo Palmital até o encontro do Córrego Borboleta, subindo por este até o encontro da divisa dos lotes n° 77 e 76.

- Subindo por esta divisa até o encontro da Estrada Boa Esperança, seguindo pela referida até o encontro da Estrada Jequitibá. Seguindo por essa Estrada até o encontro da divisa dos lotes n°s 161 e 160.

- Descendo pela referida divisa até o Córrego Gaivota. Descendo referido até o Ribeirão Jequitibá, seguindo por este até o encontro do Rio Paracai no ponto mais próximo da Estrada Boa Esperança.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Ségundo os resultados oficiais pelos órgãos da Estatística tanto Estadual como Federal, os índices de progresso que se verifica na região, revelam-nos uma área em fase de franco progresso.

Sem dúvida ESPERANÇA NOVA, pela sua situação geo-econômica nos habilitam a pleitear sua condição de Município.

O seu desenvolvimento revela-nos dos mais promissores, destacando-se no setor agrícola e pecuário.

Nestas condições e tendo em vista que a criação do Município muito significará para a sua população, para a região e o próprio Estado, é que apresentamos o projeto neste sentido.

PROJETO DE LEI N° 270/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedida à Senhora Ignês Picollo de Oliveira, viúva do Ex-Prefeito do Município de Andirá, por (2) mandatos, Senhor Mauro Cardoso de Oliveira, inclusive quando faleceu estava exercendo o seu mandato, uma pensão mensal no valor equivalente a 2 (dois) salários-mínimos.

Parágrafo Único - a pensão de que trata o "caput" deste artigo deixará de ser devida, caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

Está finda a leitura do expediente.

Não havendo Deputados inscritos no Pequeno Expediente, passo ao Grande Expediente.

Tenho a honra de passar a palavra a Sua Excelência, Deputado Mário Pereira, ex-Secretário de Administração.

(DECLINA).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Liderança do PDS.

(DECLINA).

Liderança do PFL.

(DECLINA).

Liderança do PDC.

(DECLINA).

Liderança do PTB.

(DECLINA).

Liderança do PRN.

(DECLINA).

Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Com a palavra o Deputado Valderi Vilella.

O SR. VALDERI MENDES VILELLA - Senhor Pre-

sidente, nobres Senhores Deputados.

Hoje, na Ordem do Dia, deveria ter um projeto de nossa autoria, autorizando o Poder Executivo do Estado do Paraná a criar a Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras do Município de Bandeirantes. Mas este projeto será incluído na Ordem do Dia de amanhã.

E fiquei surpreso, meus caros Deputados, em ver na Ordem do Dia de hoje, um projeto de lei de autoria do Poder Executivo que reajusta os valores da gratificação de Gabinete e da gratificação de produtividade dos quadros dos cargos de confiança do Poder Executivo. E a surpresa maior é que esse reajuste é de 292%. Para os Professores do Paraná eles não querem nem estabelecer um piso salarial de três salários mínimos, mas para os cargos em comissão do Poder Executivo têm coragem de apresentar uma proposta de 292%.

No desenrolar desta sessão de hoje espero que a Bancada do PMDB apresente uma justificativa que realmente satisfaça aos interesses de todos nós, Funcionários Públicos e Deputados deste Parlamento. Porque, realmente, não conhecendo o porquê da Mensagem, não se pode chegar a uma análise mais profunda. Mas realmente nos espanta.

Vamos esperar que a Bancada do PMDB que agora neste exato momento ainda é diminuta neste plenário justifique ao povo do Paraná essa reposição aos cargos de confiança do Poder Executivo do nosso Estado.

Era isto, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Passo a palavra à Liderança do PRN. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Os líderes das bancadas com assento nesta Casa e mais Deputados que representam os mais diferentes partidos, estiveram hoje, desde às 10 horas da manhã, com as lideranças do Magistério discutindo o aumento do funcionalismo de um modo geral e as pretensões justas, diga-se de passagem, do Magistério paranaense. Reunião bastante produtiva, acreditamos, com Deputados representantes da categoria falando o que pensavam sobre o assunto, a Liderança do PMDB presente, dos demais Partidos de Oposição nesta Casa, e nós tivemos que chegar à seguinte conclusão, já que não houve um consenso diante da posição da Bancada do PMDB, que dependia ainda de um contato com o Governador do Estado.

Nós estamos apresentando na sessão de hoje, de acordo com os líderes do Magistério, a proposta através de uma emenda ao projeto do Governador, de uma proposta, de

um piso para vinte horas de aula, na faixa de cinquenta por cento do salário mínimo do DIEESE. É um total em salário mínimo atual de três e meio salários mínimos.

Aliás, foi uma proposta do Deputado Antônio Bárbara, que esteve presente nessa reunião, e foi a que mais se aproximou daquilo que os professores pretendem.

Também estamos emendando, nós das bancadas de oposição nesta Casa, o aumento do funcionalismo do Estado do Paraná.

O Governo manda o projeto de lei propondo 60% de aumento, já havia dado 50% e já havia dado 11% de reajuste, com estes 60% nós entendemos zerado o IPC de janeiro e fevereiro. Então as bancadas de oposição nesta Casa propõe através de uma emenda que está chegando agora, deverá chegar dentro de mais alguns minutos, e pedimos já ao Presidente dessa sessão, o Senhor Deputado José Afonso Júnior, as emendas estão sendo confeccionadas, houve um ligeiro atraso em função da demora para a reunião, a reunião terminou há alguns instantes, que Vossa Excelência por gentileza suspenda a reunião, se até lá as emendas não estiverem em poder de Vossa Excelência, para que as mesmas possam ser apresentadas.

Mas, o aumento que se propõe ao funcionalismo além dos 60%, reajuste para o funcionalismo e não aumento. Além dos 60% proposto pelo Governo, as bancadas de oposição apresentam 84% além dos 60%, o que zeraria o IPC de janeiro, fevereiro e março.

Esta é uma proposta que nós entendemos, que o Governador do Estado terá dificuldades em vetar, mesmo porque, eu disse ontem aqui, empresas do Governo do Estado, estão cobrando, como a SANEPAR e COPEL, dentro da inflação, dentro do IPC de janeiro, fevereiro e março. Depois se a greve chegará ao final ou se não chegará ao final, é outra questão, que os professores discutirão e o comando de greve tem um encontro às 4 horas da tarde com o Governo, e depois dependerá também da sanção do Governador Álvaro Dias, que o Governador poderá vetar a matéria, como poderá sancionar a matéria.

De modo que, o fim da greve, fica dependendo desta posição do Governador do Estado do Paraná. Mas entendemos nós, que o que foi proposto, foi o mínimo que se poderia oferecer, quer aos professores, quer aos trabalhadores do Estado do Paraná, de um modo geral.

E, aproveitando aqui a presença do Reitor da Universidade Estadual de Maringá, professor Fernando Pontes de Souza, nós pedimos também para que uma emenda de aumento às Universidades seja apresentado, já que, salvo melhor juízo, não consta no aumento aqui da Assembléia o reajuste para

as Universidades do Estado do Paraná.

Finalizando, gostaria de registrar com muita alegria, em meu nome, em nome do Deputado Lindolfo Júnior, em nome do Deputado Antônio Bárbara, em nome do Deputado José Alves, nossos companheiros Deputados de Maringá, de registrar as presenças de Suas Excelências o Prefeito de Maringá, Dr. Ricardo Barros; Senhor Reitor da Universidade Estadual de Maringá, Professor Fernando Pontes de Souza; Presidente da Associação Comercial e Industrial, Fernando Henriques; do Senhor Presidente da Sociedade Médica de Maringá, Dr. Dacimar de Carvalho; e do Coordenador de Planejamento da Prefeitura de Maringá, o Senhor Antônio Santos Manfrin, as presenças dos ilustres maringaenses, indiscutivelmente, honram esta Casa, agradecemos sinceramente a visita.

Senhor Presidente, portanto, pedimos a Vossa Excelência que se atrasar um pouquinho mais as emendas, Vossa Excelência tenha a bondade de suspender a sessão, para que as mesmas cheguem às mãos de Vossa Excelência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -
Consulta à Liderança do PSDB se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PL.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PT.

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria dos Srs. Deputados Valderi Mendes Vilela, Nereu Carlos Massignan, Ferrari Júnior e demais Srs. Deputados, constantes do expediente. Devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando preferência de Discussão e Votação, para os Projetos de Resolução nº 34/90 e de Lei nºs 232, 233, 234 e 235, constantes da Ordem do Dia da presente

Sessão. Apoiado.

A Mesa solicita às pessoas estranhas ao Plenário que aguardem nas laterais.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela Ordem) - Sr. Presidente Anibal Khury, não sei se Vossa Excelência estava à mesa quando eu usava a Tribuna. Fiz um pedido a quem presidia a sessão, o Deputado José Afonso Júnior e, renovo o pedido a Vossa Excelência, nós tivemos uma reunião com o comando de greve até agora pouco e algumas emendas estão sendo redigidas para serem anexadas aos projetos. Então, solicito a Vossa Excelência, que suspenda a sessão por alguns instantes até a chegada dessas emendas para as assinaturas e conseqüente encaminhamento para Vossa Excelência, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação requerimento de preferência de votação do Deputado Acir Mezzadri. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação ao Projeto de Lei n° 105/90. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 186/89. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência na discussão e votação, acima aprovado:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n°34/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que reajusta em 60,61% os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, ativos e inativos, comissionados, bem como dos servidores regidos pela C.L.T., a partir de 1°/04/90. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 034/90

PARECER:

De autoria da Comissão Executiva, o presente projeto de resolução visa reajustar em 60,61% os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, ativos e inativos, comissionados símbolo "DAS", "C" e "G", bem como dos servidores regidos pela CLT, a partir de 1° de abril de 1990.

Analisada a presente matéria esta Comissão entende que a mesma se encontra em conformidade com os ditames constitucio-

nais vigentes.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

NILTON BARBOSA - Relator.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 232/90, de autoria da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, que reajusta em 60,61% (sessenta vírgula sessenta e um por cento) os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Quadro da Procuradoria Geral de Justiça. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 232/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, Mensagem n° 01/90, que visa reajustar, a partir de 01/04/90, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas, dos Servidores Auxiliares do Ministério Público do Estado, objetivando ainda, reajustar o valor das gratificações de produtividade, de representação de gabinete, salário-família e dos salários do pessoal regido pela CLT.

Analisada a matéria, entende esta Comissão que a presente medida encontra-se consubstanciada no disposto do § 2°, do art. 114, da Constituição Estadual.

Assim sendo, por ser o projeto de lei em tela legal, constitucional, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

HERMAS BRANDÃO - Relator.

Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - O Deputado Ferrari Júnior pediu a suspensão da sessão para que se fosse permitido a apresentação das emendas à Mensagem de aumento ao funcionalismo. Eu consulto Vossa Excelência se é possível suspender a sessão para se aguardar a elaboração das emendas, fruto dos entendimentos feitos pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Ferrari Júnior solicitou suspensão da sessão eu entendi que é para a mensagem Governamental 233/90.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o pedido que eu havia feito anteriormente ao Vice-Presidente da Ca-

sa que presidia a sessão e faço o apelo a Vossa Excelência, é que as Mensagens de aumento, todas elas, para que a sessão seja suspensa para discussão e votação das mensagens de aumentos, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A sessão está suspensa por 15 minutos.
(Suspensa a sessão por 15 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão. A Mesa solicita as pessoas estranhas ao Plenário que aguardem nas galerias.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Sr. Presidente, apenas para informar a Vossa Excelência que já estão colhendo as últimas assinaturas das emendas. Mas aproveitando a oportunidade Sr. Presidente, nós que tínhamos analisado o Projeto de Lei n° 173/90, que corrige o salário dos servidores do Poder Executivo, a súmula nós não tínhamos entendido direito. A nossa Banca vai votar favoravelmente a reposição salarial dos cargos em Comissão do Executivo também.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento sobre a Mesa, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a realização de Sessões Plenárias, logo após a Sessão Ordinária de hoje, para apreciar em 3.^a Discussão e Redação Final dos Projetos que versam sobre o aumento do funcionalismo. Aprovado.

Está marcada sessão para 3.^a discussão, e em seguida uma outra sessão para Redação Final.

Encerrada a discussão do Projeto de Resolução n° 34/90. A Mesa aguarda as emendas com muita ansiedade.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Sr. Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência informasse ao Plenário e as galerias, qual o Deputado autor do requerimento em que esta Casa possa votar em 3.^a discussão e Redação Final do projeto de aumento dos funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É o modesto Presidente da Casa.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Este Deputado quer cumprimentar Vossa Excelência pelo alto espírito democrático e para que os funcionários paranaenses tenham em 24 horas o tão sonhado aumento.

O SR. PAULO FURIATTI - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu solicito que cada emenda apresentada pelas Lideranças seja lida e deferida uma a uma para que fique claro. Sr. Presidente, é importante que fique claro o que estamos votando, porque houve uma reunião de Lideranças em que delegamos aos nossos Líderes poderes para negociação. Não há dúvida, está tudo dentro dos entendimentos, mas é fundamental que as emendas sejam bem esclarecidas para nós e também para o conjunto de todos. Esse é o nosso pedido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência pode escolher dos três da Mesa quem Vossa Excelência quer que leia as emendas, que tenha melhor dicção, acho que é o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Atenção para a leitura das emendas de acordo com o requerimento do Nobre Deputado Paulo Furiatti.

Emenda aditiva ao Projeto de Resolução n° 34/90.

O SR. 2° SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Atenção Srs. Deputados: Lê a emenda aditiva n° 34/90.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda aditiva. Os Srs. Deputados que aprovam conservem como estão. Aprovada por unanimidade.

O SR. 2° SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Lê emenda aditiva ao Projeto de Lei n° 232/90, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLÊNARIO,
AO PROJETO DE LEI N° 232/90

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

"Art. - Mantida a data-base de reajuste anual, a remuneração ou os salários dos servidores, serão reajustados mensalmente a partir de abril de 1990 pelo índice integral do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) verificado no mês anterior.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) Valderi Mendes Vilela, Nereu Carlos Massignan, Ferrari Júnior, Pedro Tonelli, Lindolfo Júnior, João Arruda, Luiz Carlos Alborghetti, José Alves e Anibal Khury.

O Sr. Caíto Quintana - (Pela Ordem) - Eu consultaria Vossa Excelência se o Projeto de Resolução n. 34/90 foi votado já em 2.^a Discussão antes da votação das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi vo-

tado a emenda e projeto.

O Sr. Caíto Quintana - Senhor Presidente, apenas para configurar a posição da Bancada do PMDB eu pediria a Vossa Excelência que me concedesse para encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O 34?

O Sr. Caíto Quintana - Da própria emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tudo bem, concedo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Evidentemente estamos fazendo todos os esforços no sentido de que se encontre denominador comum aos impasses surgidos com referência a reajuste salarial. Participamos da reunião hoje pela manhã com as demais lideranças partidárias desta Casa e a Comissão da APP. Apresentamos sugestões, ouvimos sugestões, no sentido pela exigüidade até do tempo, a nossa proposta era na transformação das emendas em projetos separados para que pudéssemos ganhar tempo na evolução de uma negociação que poderia levar as Bancadas, juntamente com a APP, a discutir junto com o Governo. As alegações que ouvi na reunião não são de todo improcedentes. Na verdade, transformação de emenda em projeto em aparte, cairia também no vício de iniciativa do aumento salarial.

A Bancada do PMDB e essa liderança entendem de que a busca da solução deverá continuar através da negociação. Sabemos todos nós, e gostaria de me fixar na Constituição do Estado do Paraná em total consonância e simetria com a Constituição Federal, que diz do processo Legislativo, no que diz respeito a Leis, no Artigo 66 da Constituição: "Ressalvado o disposto nesta Constituição são de iniciativa privativa do Governador as Leis que disponham sobre, - privativa do Governador, é porque estou lendo na Constituição Estadual, se nós tivéssemos a Constituição Federal seria do Presidente, se tivéssemos uma Lei Orgânica Municipal seria competência do Prefeito, - entendemos pois a Constituição da seguinte forma: é de competência, exclusiva do Chefe do Poder Executivo, leis que disponham sobre, inciso 1º - Criação de Cargos: funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo o aumento de sua remuneração: Competência exclusiva do Poder Executivo, a criação de cargos ou aumento de remuneração. Na sequência, no artigo 68 da Constituição diz textualmente: "Não é admitido aumento de despesas prevista: Parágrafo 1º - Nos Projetos de ini-

ciativa exclusiva do Executivo, ressalvadas as Emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual, quando compatível com a Lei de Diretriz Orçamentária do Plano Plurianual".

O que isto quer nos dizer constitucionalmente prezados companheiros da Assembléia Legislativa e integrantes do movimento de comando de greve da APP.

O Projeto de Lei de aumento salarial sendo exclusivo do Executivo, não pode receber Emendas ao Projeto em Plenário. É o Artigo 68 da Constituição que diz:

"Os projetos de iniciativa exclusiva do Executivo ressalvadas as Emendas do Projeto de Lei que derrubou o Orçamento Anual, não é admitido aumento de despesa".

O que eu quero colocar não é a posição que nós tomaremos. Eu acho que as Emendas têm vício de origem. Quero deixar isto aqui registrado em nome da nossa Bancada, de sorte que, se existir veto com referência à própria constitucionalidade das Emendas está respaldado em Lei. Se houver derrubada do veto, neste Plenário, poderá haver inclusive ação judicial constitucional.

Eu faço esta advertência, não pelo temor de passar ou não passar as Emendas aqui, prezados professores. Não sacrificaria de maneira alguma a posição da Bancada do PMDB nesta Casa para votar contra as Emendas.

Nós já tentamos o diálogo junto com as lideranças, junto com o comando da APP, colocamos a nossa preocupação, e, ou não fomos entendidos ou se preferiu este caminho. O que eu não quero é que, pela unidade que aconteça aqui, nós venhamos interpretar que encerramos a nossa caminhada de discussão. Eu uso muito mais a tribuna neste instante para conclamar a continuidade das negociações enquanto decorre o prazo de sanção ou de veto do governo.

Porque a inconstitucionalidade das Emendas, ela está prevista na Constituição. Nós vamos ter que continuar negociando neste período de tempo que antecede ou o Veto ou a Sanção do Governo.

E estamos abertos a isto. Colocamos uma proposta de manhã. A proposta veio do Deputado Nereu, ao inverso, de que se aprovasse as Emendas, e que se utilizasse este período até a Sanção ou Veto para a continuidade da negociação.

Pois bem, nós não poderíamos acatar a sugestão, até porque seria antecipar as razões de governo, de Aprovação ou Veto. Mas, nós não podemos perder de vista, de que estaremos presentes votaremos com as Emendas, mas ressalvamos a posição da Bancada do PMDB, para uma análise, para uma negociação no curso da Sanção ou do Veto, porque entendemos plenamente, que não é tempo de comemorar vitória. Muito diálogo

terá que acontecer. Propostas terão que ser colocadas na Mesa. Talvez, nem tanto ao mar nem tanto à terra. Talvez, nem tudo aquilo que as Emendas propõem.

Nós estamos propondo por Emenda, inclusive forma de pagamento de Servidor com IPC integral de cada mês, que é matéria exclusiva do Executivo.

Mas, não vamos entrar em choque com as demais Bancadas. Vamos manter a nossa posição, na certeza de que o diálogo terá que continuar sob pena de não termos vitória nas votações que estão sendo feitas aqui.

E uso, portanto, a tribuna para me colocar na condição de Líder da Bancada do PMDB e na condição de Líder do Governo, colocar a nossa Bancada aberta a todo o diálogo que deva acontecer a partir de hoje, para que possamos ter não uma emenda votada em Plenário que não vai trazer acréscimo nenhum ao contracheque, mas que tenhamos, na verdade, nas negociações avanços que possam acontecer e possa o professor, no final de cada mês, ver acrescido no seu contracheque a conquista desse movimento.

Agradeço a atenção, Senhor Presidente. Tinha que colocar essa posição porque está se votando as emendas, e o projeto já foi votado, e de todas, para não encaminhar todas elas, as emendas votadas aqui neste instante o nosso posicionamento é este: é acreditando, que por um preceito constitucional, as emendas são inconstitucionais.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Para encaminhar Senhor Presidente.
(Assentimento).

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, eu gostaria também de encaminhar a votação, de uma emenda só.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Estamos discutindo a política salarial para o Funcionalismo Público e para o Magistério, este último se encontra em greve já há mais de trinta dias.

Vim dos corredores da Sala das Comissões, estudando os que vieram, aqui, acompanhar as votações da Assembléia, eles dormindo, recuperando-se do cansaço de viagens as mais distantes possíveis do Paraná; vi gente de Jaguariaíva, de Guaraçuva, enfim, do Paraná inteiro. Vejo professores aqui de todos os recantos do Paraná, como também funcionários públicos, aguardando a votação disso.

Sinto que se joga, nos meios de comunicação, toda a responsabilidade na Assembléia Legislativa de votar este projeto sob pena de o funcionalismo público ficar sem receber o seu salário. Dentro deste

jogo de cena, Senhor Presidente, com todo o respeito parece-me que até a própria Assembléia decide realizar mais uma sessão para que se resolva tudo hoje.

Muito bem, se é como está posto e como foi, reiteradamente, dito pelo Executivo que a responsabilidade está, em pagar o Funcionalismo, na Assembléia Legislativa, vamos resolver isto, nobre Líder do PMDB Caíto Quintana. Vamos fazer jogo limpo aqui para dar credibilidade à palavra do Governador, que diz que só paga, se a sua Mensagem for aquela que ele mandou para a Assembléia. Ora, Senhor Governador, nobre Líder do PMDB, o Governador tem que respeitar esta Casa porque, afinal de contas, aqui está cheio de gente: de professor grevista, de funcionário público, de representantes da sociedade paranaense, dos pais e dos alunos! Esta Casa é aberta ao povo! Pergunto ao nobre Líder do PMDB: o Palácio está aberto ao povo como está esta Casa, hoje? Esta aberto, então vamos lá negociar com o Governador agora! Suspendamos a sessão, atravessemos a rua, subamos as escadarias e negociar com o Governo e voltaremos aqui depois do entendimento, nobre Líder ...

O Sr. Caíto Quintana - Foi a proposta que eu fiz hoje de manhã.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu proponho, então, a suspensão da sessão e que se forme uma comissão de todos os líderes e cheguemos ao Palácio Iguazu para conversar com o Governador Álvaro Dias para abrir as negociações diretamente com professores e Parlamentares. Se Vossa Excelência aceitar, e se a Presidência concordar, esta é a nossa Proposta.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Nereu, eu só lhe responderei e peço vênica à Presidência.

Veja, bem, nós estamos votando um aumento de 60,61% pode ser ou não o que queiram, mas estamos votando. Com relação a uma negociação, estou disposto, propus de manhã, nós podemos começar a negociação hoje. Só que, Vossa Excelência sabe perfeitamente, primeiro uma negociação não se vai executá-la em duas horas, até porque nem mesmo o comando de greve da APP poderia assumir, junto ao Governo, qualquer compromisso de imediato; teria que submeter isso à apreciação de suas plenárias para saber se concorda ou não.

Quer dizer, seria, então, muito teórico nós atravessarmos o Palácio e acharmos que duas horas depois, vamos voltar aqui para dentro com a questão resolvida.

Então, Deputado Nereu ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa pede vênia para o Deputado para suspender a Sessão quinze minutos, a fim de que Vossas Excelências e as Lideranças se entendam.

A Sessão está suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sessão reaberta.

O Senhor 2º Secretário vai proceder à leitura da emenda nº 232/90.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem). Ao que me consta, eu não encerrei o encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós ouviremos sempre Vossa Excelência com muito prazer, mesmo quebrando o Regimento Interno.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu agradeço a Vossa Excelência.

Retornada a Sessão, o que resta para concluir?

Resta o seguinte:

Que nós vamos votar as emendas, que nós vamos votar o projeto e que o ilustre Deputado Caíto Quintana assumiu o compromisso de uma proposta que houve hoje pela manhã na reunião dos Líderes com a APP e Funcionários.

Qual foi a proposta?

Deputado Caíto Quintana, na sua proposta inicial argumentava e se propunha a negociação, desde que as emendas que foram hoje apresentadas pela Oposição, fossem transformadas em Projeto de Lei. Ora, isso faria com que nós tivéssemos um longo período da discussão desses projetos de lei e preferimos, em entendimento com todos os Líderes da Oposição manter as emendas, para serem votadas hoje. E assim se fará.

Isto, entretanto, vem contribuir para a proposta, a contraproposta que a Oposição fez, no sentido de que votadas as emendas e o projeto, abre-se um espaço negocial com o Executivo, que tem 15 dias para vetar ou não as emendas.

O papel da Assembléia é dar o encaminhamento e foi dado, mas não só isto, a Assembléia hoje dá uma demonstração de que detém o poder público, de que detém a vontade política, por quê?

Já na greve passada do Magistério, se tentou o espaço negocial e não se conseguiu, mas agora nesta greve, decorridos três anos e meio, se abre o espaço negocial com o Governo.

Este foi o papel das Oposições junto com a Liderança do Magistério, junto com os componentes do comando de greve e lembrem-se que de manhã foi dito que a despeito do encaminhamento da votação na Assembléia, era necessária essa abertura do

diálogo, porque agora, a partir de agora, em que nós vamos votar as emendas e o projeto, toda a decisão para resolver o impasse da greve, se desloca da Assembléia para o Palácio Iguazu e a negociação será direta entre o Executivo, a APP Sindicato e os Funcionários Públicos.

A Assembléia Legislativa dá hoje um exemplo histórico de que detém esse poder político e faz com que as portas do Palácio Iguazu se abram para que o Governo sentado com grevistas, negocie o encaminhamento das soluções do magistério e do funcionalismo público.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Emenda a ser lida pelo Senhor 2º Secretário.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu quero encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. 2º SECRETÁRIO - (Luiz Carlos Alborghetti)- Atenção, Senhores Deputados para a emenda nº 232. Emenda Aditiva (Lê):

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Emenda. Aprovada.

Para encaminhar a votação, com a palavra o Deputado Valderi Mendes Vilela, já com os projetos aprovados.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Para encaminhar).

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem - Foi votada a Emenda também que restabelece os descontos das entidades sindicais?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda não.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Para encaminhar) Senhor Presidente, Senhores Deputados, a respeito da constitucionalidade das emendas, nós gostaríamos de abrir o debate com a Liderança do PMDB uma vez que o Deputado Caíto Quintana já está prevendo o Veto pela inconstitucionalidade. Nós defendemos a Constituição neste Estado na nossa Comissão de Constituição e Justiça, desde o dia em que nós assumimos o nosso mandato nesta Assembléia Legislativa e ao longo desse tempo, nobre Líder do PMDB, nós vimos ferimentos graves à Constituição Federal, especialmente quando se retirou a autonomia administrativa e financeira das Universidades. Mas, não vai longe: o que é que tem mais valor, a Constituição Federal ou a Constituição do Estado?

Na Constituição Federal, nobre Deputado Caíto Quintana, há um dispositivo em seu Artigo 7º que garante um salário capaz de atender as suas necessidades vitais bá-

sicas e a de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, previdência social, com reajustes, nobre Líder, periódicos, que se preservem o poder aquisitivo. Ora, não é com um salário de seis mil, cento e vinte e dois cruzeiros proposto por Sua Excelência, o Governador do Estado, ao professor do Paraná, que vai se dar esse direito consagrado pela nossa Constituição. Não vai atender esse direito, então já há um início de se dizer que as nossas emendas são constitucionais, porque elas também não atendem à totalidade dessas exigências, mas ela supre boa parte desses direitos. Também há um pressuposto constitucional que diz que há irredutibilidade do salário. O salário não pode ser reduzido e hoje a redução do salário, do poder aquisitivo do funcionário público, de uma maneira geral neste Paraná, está caracterizada pelo arrocho salarial imposto desde o início de 1987.

Portanto, nobre Deputado, entendemos que o projeto é constitucional e também invocamos este mesmo artigo que Vossa Excelência invocou que é competência do Governador do Estado a iniciativa de projetos de lei que aumentam a remuneração do servidor público. Neste, nobre Deputado, eu acredito que não há como apresentarmos emenda.

Mas aonde está o aumento real de salário proposto pelas nossas emendas? Não há nenhum aumento real de salário.

Há apenas uma reposição dos índices inflacionários corroídos até o mês de março. A nossa proposta, nobre Líder do PMDB, além de constitucional, ela é legítima e Vossa Excelência sabe disto. Por isto respeitamos o pensamento de Vossa Excelência e defendemos desta tribuna a constitucionalidade deste projeto. Temos certeza que as emendas são constitucionais e por isto conclamamos os Deputados todos para que votem, porque este argumento não será válido sequer numa ação judicial que poderá ser proposta contra esta lei que ora aprovamos.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Muito obrigado Senhores Deputados.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 233/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 90/90), que objetiva reajustar, a partir de 01.04.90, em 60,61% os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela C.L.T., da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, Emendas Aditivas de Plenário em n° de 4 (quatro), de autoria de diversos Senhores Deputados, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 01
ao PROJETO DE LEI N° 233/90

"Art. ... - Mantida a data-base de reajuste anual, a remuneração ou os salários dos servidores civis e militares do Estado, inclusive das Fundações Públicas serão reajustados mensalmente a partir de abril de 1990, pelo índice do IPC (Índice de Preços ao Consumidor), verificado no mês anterior.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(aa) VALDERI MENDES VILELA

NEREU CARLOS MASSIGNAN

FERRARI JÚNIOR

PEDRO TONELLI

LINDOLFO JÚNIOR

JOÃO ARRUDA

JOSÉ ALVES

ANIBAL KHURY

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 02

Acrescente-se ao Projeto de Lei n° 233/90, o seguinte artigo:

"Art... - O Estado do Paraná, através de suas Secretarias competentes, procederá o desconto de mensalidade sindical, aprovada em assembléia da categoria, autorizada pelo filiado, depositando o montante arrecadado em nome do Sindicato em conta bancária indicada pela entidade, imediatamente após a efetivação do desconto.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(aa) RAUL LOPES,

PAULINO JOSÉ DELAZERI

PEDRO TONELLI

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

NELSON VASCONCELLOS

EZEQUIAS LOSSO

NEREU CARLOS MASSIGNAN

FERRARI JÚNIOR

DUÍLIO GENARI

ALGACI TÚLIO

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

ANTÔNIO ANNIBELLI

TADEU LÚCIO MACHADO

ANTÔNIO COSTENARO NETO

ANTÔNIO BÁRBARA

JOÃO ARRUDA

RUBENS BUENO

HERMAS BRANDÃO

VALDERI MENDES VILELA

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 03

Incluir mais um artigo no Projeto de

Lei n° 233/90, nos seguintes termos:

"Art... - O piso salarial, para o Magistério, fica fixado em CR\$ 12.543,10 (doze mil, quinhentos e quarenta e três cruzeiros e dez centavos), para 20 horas, mantidos os percentuais que estruturam as respectivas tabelas, inclusive as vantagens esboçadas na presente lei.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(aa) NEREU CARLOS MASSIGNAN

VALDERI MENDES VILELA

FERRARI JÚNIOR

PEDRO TONELLI

LINDOLFO JÚNIOR

JOÃO ARRUDA

JOSÉ ALVES

ANIBAL KHURY

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 04

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art... - Os reajustes de que trata esta Lei, são devidos sobre o total dos vencimentos, percebidos, referentes a março de 1990.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoio: Nilton Barbosa, Erondy Silvério, José Alves.

O SR. 2° SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Emenda Aditiva de Plenário, 233/90:

"Inclua-se onde couber o seguinte artigo, mantida a data-base de reajuste anual, a remuneração ou o salário dos servidores civis e militares do Estado, inclusive das fundações públicas, serão reajustados mensalmente, a partir de abril de 1990, pelo índice do IPC, (Índice de Preços ao Consumidor), verificado no mês anterior.

Sala das Sessões, em

(aa) VALDERI MENDES VILELA

Líder do PDT

apoiado pelas demais Lideranças da Casa".

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Em votação...

O SR. MÁRIO PEREIRA - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Com a edição do Plano Verão em janeiro de 1989, o índice que regulava os aumentos salariais, o INPC, foi revogado. E através de Lei Salarial, apresentada pelo Governo Federal na edição do Plano

Verão, passa a ser adotado, em janeiro de 89, o IPC, como índice para reajustes salariais e não mais o INPC.

Agora, com a edição do Plano Collor, com a Medida Provisória já transformada em lei, foi também revogada a Lei Salarial que adotava o IPC, passando a ter como balizador de aumentos salariais no País o Índice de Prefixação que após o primeiro dia útil, após o dia quinze de cada mês, deve, - como já foi neste mês de abril, ser divulgado pelo Ministério da Economia.

Portanto, quero me congratular com as lideranças e do PMDB, por terem encaminhado as emendas, como emendas aditivas, pois se fossem emendas substitutivas, poderíamos chegar a um buraco negro, em que a Lei Salarial que trata de IPC o índice revogado pela Medida Provisória transformada em lei pudesse ser questionada não valendo aquela lei que tinha como elemento básico de reajuste o IPC. Desta forma sendo como uma Emenda Aditiva, devendo ser questionado, dando tempo até a Sanção ao Veto do Governador para ficar clareada a legalidade em função da lei, fruto da Medida Provisória, nesses 15 dias pode ser definida a questão sem que a folha de pagamento seja rodada pois fica aprovado o projeto com Emendas Aditivas.

Quero, com isto, me congratular com as lideranças desta Casa e dizer que aberto o período de negociação pode este impasse de ordem jurídica ser superado, além de, o de ordem salarial.

O SR. PAULO FURIATTI - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Tem a palavra.

O SR. PAULO FURIATTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Mário Pereira faz uma análise dizendo em outras palavras de que esta emenda estabelecendo o IPC, a partir de abril em relação mês anterior, como a política salarial se altera e nós não teríamos mais IPC mas prefixação de preços, ele dá a entender de que sendo uma Emenda Aditiva, em função de um erro de uma possível emenda esta seria vetada como Emenda Aditiva. Mas é importante esclarecer o seguinte: como nós estamos propondo reajuste salarial daquela parte da inflação que foi tomada dos trabalhadores e que ninguém fala mais, nós não podemos deixar de votar a Emenda Aditiva porque a Emenda Aditiva que se refere, Deputado Mário Pereira, é o IPC do mês anterior. Sim! do mês anterior, do mês de março.

O SR. MÁRIO PEREIRA - As Emendas falam sobre uma política salarial daqui em

diante.

O SR. PAULO FURIATTI - A partir de abril pelo IPC do mês anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa alerta que para encaminhamento de votação, não é permitido apartes.

O SR. PAULO FURIATTI - Então como que nós poderíamos votar aqui uma emenda que permita o reajuste daquele IPC de março se nós não tratarmos de IPC? De abril em diante não sendo mais IPC considere-se prefixação na negociação. Até por que, o importante neste momento, é recompor os salários do IPC de março. Isto não é justificativa para Veto e não é justificativa para que os Deputados do PMDB que hoje aprovam as Emendas venham, quando de um possível Veto, manter o Veto do Senhor Governador.

Era isto o que tinha a dizer, muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para encaminhar) - É breve o meu encaminhamento, Sr. Presidente. É apenas no sentido de apelar à Bancada do Governo que seja, esta Emenda Aditiva, discutida no espaço dos quinze dias entre a sua aprovação nesta Assembléia e o espaço possível ou passível de Veto. De repente a Assembléia torna-se mais inteligente e começa a dotar o Estado do Paraná de um instrumento capaz de facilitar a negociação entre a classe dos Servidores Públicos e o Poder Público paranaense. Esta Emenda Aditiva faz com que se abra o espaço para negociação. A inflação de 56% em janeiro teve um reajuste, uma reposição de apenas 11%. De 72% em fevereiro teve um reajuste de apenas 50% em fevereiro e de 85% em março tem agora este reajuste que nós estamos autorizando, e autorizando com veemência de 60% na folha de pagamento que se prepara e que já está pronta porque a mensagem já veio para a Assembléia com a folha de pagamento pronta.

No entanto, esta Emenda Aditiva é a sábia advertência da Assembléia ao Poder Público, de que a sociedade paranaense, e o conjunto do funcionalismo não suportaram um buraco negro, não suportariam mesmo a tinta negra de um Veto no que agora se vai votar.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa agradece os elogios de Vossa Excelência em nome de todos os Deputados, a Assembléia passa a ser inteligente. Muito obrigado a Vossa Excelência.

Emenda n° 1 em votação. Aprovado.

Emenda n° 2.

O SR. 2° SECRETÁRIO - (Luiz Carlos Alborghetti) - Procede à leitura da Emenda. "Emenda Aditiva de Plenário..."

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Em votação a Emenda.

O SR. PAULO FURIATTI - (Para encaminhar) - É um encaminhamento no seguinte sentido. Essa é uma questão única e exclusivamente política, porque no momento em que a categoria dos Funcionários e dos Professores entram em greve, o Governo do Estado, através de um Decreto, elimina uma conquista dos Servidores organizados de desconto em folha das contribuições sindicais ou de associações.

No momento em que nós estamos discutindo diálogo, no momento que nós estamos discutindo a possibilidade de entendimento, esta medida do Executivo, contraria não só os princípios de todos os partidos aqui desta Casa, inclusive, o do Governo que estabelece como a organização sindical e associativa um dos instrumentos de evolução da Sociedade, estabelece uma relação de força em que corta as contribuições em folha, e com isto gera dificuldades terríveis para as entidades manterem a sua organização.

Esta não é uma questão inconstitucional, esta não é uma questão que possa ser discutida como inconstitucional, e esta é uma questão de vontade política.

Portanto, nós aqui queremos fazer um apelo, de que apenas a Bancada do Governo, não somente vote a favor desta emenda, como também assuma o compromisso, que se porventura, for vetada, que aqui esteja para derrubar o Veto, porque esta questão vetada, é um veto político na organização sindical dos trabalhadores. Era isso e muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para encaminhar) -

Eu não iria encaminhar se não fosse a colocação do Deputado Paulo Furiatti, que aliás esteve na reunião hoje pela manhã, quando questionado pelo comando da APP, saímos da sala, fomos ligar para a Casa Civil para a interpretação do Decreto, e a interpretação do Decreto não é a colocação feita por Vossa Excelência que o Governo estivesse querendo deixar de descontar na folha dos Servidores, o desconto sindical. Tinha o Decreto na mão, sei que Professores aqui tem, o Artigo 4° do Decreto, diz o seguinte: "Que excluídos os descontos obrigatórios, os demais serão feitos mediante autorização do beneficiado, do interessado", é isso que diz. Por quê?

Porque é democrático que cada categoria, cada sindicato, cada associação discuta "interna corporis" se pretende ou não

descontar a contribuição, desde que haja manifestação através das associações, dos sindicatos de que permaneça o desconto na folha o Governo executará o desconto. Nós não estamos nem sequer constatando a lei porque ela é, na minha interpretação, inócua, mas transformada em lei é uma garantia a mais. No entanto, não há disposição de deixar de descontar. Portanto, votaremos favorável.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Em votação a emenda. Aprovada.
Emenda n° 3.

O SR. 2° SECRETÁRIO - (Luiz Carlos Alborghetti) - Atenção Senhores Deputados.
Essa emenda é de plenário e vem assinada pelas lideranças do PDT, PSDB, PRN, PL, PTB, PFL, PT.

Projeto de Lei n° 233/90. Inclui mais um artigo no Projeto de Lei nos seguintes termos:

"O piso salarial para o Magistério fica fixado em Cr\$ 12.543,10 para 20 horas, mantidos os percentuais que estruturam as respectivas tabelas, inclusive, as vantagens estabelecidas na presente Lei. Sala das sessões, 24/04/90".

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Em votação, a Emenda n° 3. Aprovada.

A Mesa quer anunciar que com a apresentação da Emenda do Deputado Valderi Vilela, fica prejudicada a emenda do Deputado Lindolfo Júnior que fixa em 25 mil o salário dos Professores.

Concedo a palavra para justificação de voto ao Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Sr. Presidente, a bancada do PRN com assento nesta Casa, encaminhou um projeto de lei ordinária que estabelecia um piso salarial ao Magistério com referência a três salários mínimos. E quando nós apresentamos esse projeto, e defendemos na tribuna desta Casa, nós deixamos uma abertura para que Deputados apresentassem sugestões para melhorar aquele Projeto de Lei.

Em função da decisão da reunião de hoje pela manhã, de estabelecer o piso salarial referente à metade do salário estipulado pelo DIEESE, e, portanto, acrescentando melhorias ao projeto que nós demos entrada aqui nesta Casa, a bancada do PRN solicita a V.Exa. ilustre Presidente que retire nosso projeto de lei e a bancada do PRN vai votar a emenda em questão.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Aprovada a emenda.

O SR. 2° SECRETÁRIO - (Luiz Carlos Alborghetti) - Atenção Senhores Deputados.

Emenda Aditiva de plenário dos Senhores Deputados Anibal Khury e Luis Alborghetti ao Projeto de Lei n° 233/90 com apoioamento. Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

"Os reajustes de que trata esta Lei são devidos sobre o total dos vencimentos percebidos referentes a março de 1990, Representa Senhores Deputados esta Emenda Aditiva, que os Servidores independentemente de terem o salário de março complementado em abril, terão reajuste com base do total percebido referente ao mês de março.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Votação a emenda. Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 234/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que reajusta em 60,61% os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Poder Judiciário, a partir de 01.04.90. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário de autoria de diversos Srs. Deputados, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO,
AO PROJETO DE LEI N° 234/90

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

"Art... - Mantida a data-base de reajuste anual, a remuneração ou os salários dos servidores, serão reajustados mensalmente a partir de abril de 1990 pelo índice do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) verificado no mês anterior.

Sala das Sessões, em 24.04.90

(aa) VALDERI MENDES VILELA, NEREU CARLOS MASSIGNAN, FERRARI JÚNIOR, PEDRO TONELLI, LINDOLFO JÚNIOR, JOÃO ARRUDA, JOSÉ ALVES e ANIBAL KHURY.

Esta emenda aditiva vem assinada pelos Líderes do PDT, PSDB e demais lideranças desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto. APROVADO. Em votação a emenda. APROVADA.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 235/90, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que dispõe sobre o reajuste dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos servidores do Tribunal e adota outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em n° de 2 (dois), nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 235/90

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE N° 01

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Tribunal de Contas, serão reajustados, no percentual de 60,61% (sessenta vírgula sessenta e um por cento).

Art. 2° - Ficam reajustados no mesmo percentual:

I - os valores da gratificação de Produtividade;

II - os valores da Gratificação de Representação de Gabinete;

III - o valor do salário-família, por dependente legal.

Art. 3° - Mantida a data base de reajuste anual, aos servidores ativos e inativos do Tribunal de Contas, aplicar-se-á a partir de 01 de abril de 1990, a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal.

§ 1° - O índice percentual que vier a ser estabelecido pela União, aplicar-se-á no mês de abril, cumulativamente, ao disposto nos artigos 1° e 2° da presente lei.

§ 2° - Fica o Presidente do Tribunal de Contas autorizado a baixar atos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e os efeitos financeiros serão devidos a partir de 1° de abril de 1990, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ.

PROJETO DE LEI N° 235/90**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 02**

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

"Art... - Mantida a data-base de reajuste anual, a remuneração ou os salários dos servidores, serão reajustados mensalmente a partir de abril de 1990 pelo índice do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) verificado no mês anterior.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(aa) NEREU CARLOS MASSIGNAN,

VALDERI MENDES VILELA,

FERRARI JÚNIOR,

LINDOLFO JÚNIOR,

PEDRO TONELLI,

JOÃO ARRUDA,

JOSÉ ALVES

e ANIBAL KHURY.

Projeto de Lei n° 235. Emenda Corretiva do Tribunal de Contas.

O SR. SECRETÁRIO - Atenção Srs. Deputados.

Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Emenda substitutiva ao Projeto de Lei n° 235/90, encaminhada pelo ofício n° 482/90. Súmula - Dispõe sobre o reajuste dos cargos efetivos, em comissão e das

funções gratificadas dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado, e adota outras providências:

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Tribunal de Contas serão reajustados no percentual de 60,61%.

Art. 2° - Ficam reajustados no mesmo percentual.

1 - os valores da gratificação de produtividade.

2 - os valores de gratificação de representação de gabinete.

3 - o valor do salário família por dependente legal.

Art. 3° - Mantida a data base de reajuste anual, os Servidores ativos e inativos do Tribunal de Contas, aplicar-se-á a partir do dia 1° de abril de 1990, a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal. O índice percentual que vier a ser estabelecido pela União, aplicar-se-á no mês de abril cumulativamente ao disposto nos artigos 1° e 2° da presente lei.

Fica o presente Tribunal de Contas autorizado a baixar atos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação e os efeitos financeiros serão devidos a partir do dia 1° de abril de 1990, ficando revogadas as disposições em contrário.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, pela ordem.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pelo que eu deduzi da leitura, os funcionários do Tribunal de Contas e de cargos comissionados também terão reajuste de 60%?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não.

Os valores de produtividade e gratificação de representação de gabinete.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pois é.

Mas, nobre Presidente, nós estamos votando agora alguma coisa diferente do que foi votado até agora. Porque nenhum dos outros funcionários dos outros Poderes que detêm gratificação de produtividade e cargo comissionado teve reajuste de 60%. Como é que só o Tribunal de Contas agora vai ser beneficiado para os funcionários comissionados ou que têm produtividade. E os outros?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Todos são iguais, Deputado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Mas se são iguais temos que votar leis iguais,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - E é lei igual também. É apenas uma correção, é igual eu asseguro a Vossa Excelência.

Aprovado o projeto. Aprovada a emenda.
Emenda ao Projeto de Lei n° 235/90.

O SR. SECRETÁRIO - Atenção Srs. Deputados.
Emenda aditiva - Projeto de Lei n° 235/90. Inclua-se onde couber o seguinte Artigo - Mantida a data base de reajuste anual a remuneração ou o salário dos Servidores, serão reajustados mensalmente a partir de abril de 1990, pelo índice do IPC (ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR) verificado no mês anterior.

Assinada a Emenda Aditiva o líder do PDT, Valderi Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto. Em votação a Emenda.
APROVADOS.

Ainda na ordem das preferências.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 105/90, de autoria do Deputado David Cheriegate, que cria o Município de IGUA-TU, desmembrado do Município de Corbélia. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 186/89, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que dá responsabilidade ao Estado do Paraná, na manutenção dos Cursos de Medicina e Odontologia da Universidade Estadual de Maringá. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade e PARECERES FAVORÁVEIS da C.E. e C.S.P., por unanimidade.
EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda aditiva de Plenário de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 186/89
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

Inclua-se onde couber, no Projeto de Lei n° 186/89 o seguinte artigo:

Art... Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos necessários à instituição da Federação das Instituições de Ensino Superior do Vale do Iguaçu, formada pela Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras e Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas com sede e foro em União da Vitória, Estado do Paraná, entidade autárquica de regime especial, na forma do artigo 8°, da Lei Federal n° 5.540 de 28 de novembro de 1968, sem fins lucrativos, reger-se-á por Regime Unificado e pela Legislação específica vigente.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(a) ANIBAL KHURY.

Apoiamento: Algaci Túlio, José Afonso Júnior, Luiz Carlos Alborghetti, Antônio Anibelli e Lauro Lobo Alcantara.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Para Encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) - Essa emenda está sobre o Projeto, gostaria que Vossa Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 186/89, folhas 06 do avulso.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Vossa Excelência anunciou anteriormente de que os Projetos em 2.^a discussão, nesta Sessão, fizessem parte numa Sessão Extraordinária, de hoje ainda, em 3.^a discussão. Eu encaminharei à Mesa Sr. Presidente, até para que nós possamos votar em 2.^a discussão e analisar na sequência de que este projeto votasse em 2.^a discussão hoje e obedecesse a tramitação normal para 3.^a discussão.

Essa colocação Sr. Presidente, é pelo seguinte sentido: Nós não queremos precipitadamente discordar de que o Estado assumira responsabilidade sobre o curso de Medicina e Odontologia de Maringá, e nem tão pouco de que assuma o "Campus" e mais as Faculdades na proposta do Deputado Dirceu Manfrinato. No entanto, é muito importante a presença de professores de 1° e 2° grau aqui presentes nesta Sessão, de que o Estado do Paraná encontra dificuldades enormes no seu orçamento de educação para remuneração dos seus Professores, da sua responsabilidade, e dia a dia, sem uma avaliação de custo, quanto representa para o orçamento da Educação, nós estamos assumindo indiscriminadamente todo o 3° grau no Estado do Paraná. Nós temos em tramitação via-Assembleia, via-constituente a criação da UNICENTRO, nós temos a criação da UNIVALE, que passará para o Estado as Universidades de União da Vitória, Francisco Beltrão, Pato Branco e mais ainda a de Palmas; agora estamos votando a transferência do curso de Medicina e Odontologia de Maringá para o Estado, e estamos votando uma emenda do Deputado Dirceu Manfrinato transferindo também para o Estado, a Faculdade do Município que representa.

Oral! Isso tudo tem custo orçamentário, isso tudo vai reduzir cada vez mais o po-

der do Estado para fazer frente às suas necessidades, naquilo que é de sua competência de 1º e 2º grau. Por isso, Senhor Presidente, para não polemizar aqui, eu encaminharia ofício a Vossa Excelência, que votasse em 2ª discussão hoje, mas que obedecesse a tramitação normal, que a 3ª discussão viesse a acontecer no mínimo amanhã.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Pela Ordem Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Deputado Caíto Quintana talvez não esteja, não tenha talvez verificado bem a situação desse projeto de lei. Os cursos de Medicina e Odontologia da Universidade Estadual de Maringá são cursos que já estão sendo custeados pela Prefeitura Municipal de Maringá dentro da Unidade de Maringá que é um colosso, quem conhece a Universidade Estadual de Maringá sabe que aquilo realmente é uma cidade universitária. Então significa tão pouco, tão nada para o Estado que o próprio Governador Álvaro Dias, em visita recente a Maringá, lá na Universidade, e aqui está o Líder Caíto Quintana, e me dirijo ao Deputado Caíto Quintana, aqui está presente o Reitor da Universidade Estadual de Maringá, que é testemunha, o Governador Álvaro Dias disse em Maringá, na Universidade, disse que se a Assembléia aprovar o Projeto, o Deputado Mário Pereira parece-me que conhece essa posição do Governador, ex-Secretário, disse que não terá problema nenhum em sancionar o Projeto. O Deputado Dirceu Manfrinato pede através de uma emenda algo tão justo como aquilo que nós estamos pedindo para Maringá, que os cursos de responsabilidade do Estado sejam custeados pelo Estado. Então eu peço aprovação da matéria, peço aprovação da emenda do Deputado Dirceu Manfrinato que é tão justo quanto a nossa de Maringá, e peço a Vossa Excelência, faço um requerimento verbal para que a matéria já aprovada em segunda discussão venha na Extraordinária em terceira discussão.

Muito obrigado!

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Para encaminhar) - Senhor Presidente, nós sabemos que os cargos da extensão universitária de Cianorte, bem como os cursos de Odontologia e Medicina de Maringá são os únicos dois casos que estão fora da responsabilidade da Universidade Estadual de Maringá. Entendendo a necessidade de que haja também do Estado a responsabilidade com relação a extensão universitária de Cianorte é

a razão de que fiz esta Emenda. E faço um apelo à Bancada do meu Partido, o PMDB, como faço um apelo aos companheiros da Oposição. Nós sabemos que a reivindicação que fazemos através dessa emenda é uma reivindicação justa, porque nós sabemos as dificuldades que passam as Prefeituras do Interior, nós sabemos as dificuldades principalmente no setor financeiro que passa também a Prefeitura de Cianorte com a responsabilidade dos encargos da extensão universitária. Este fato não poderia de forma nenhuma como representante que sou de Cianorte nessa Assembléia Legislativa do Estado, nós não poderíamos de forma nenhuma, apesar de estarmos na condição de vice-Líder do Governo, nós não poderíamos deixar de adentrar com essa emenda, transferindo os encargos para responsabilidade do Governo do Estado. E aqui assumi Senhor Presidente, Senhores Deputados, um compromisso com o Deputado Ferrari Júnior, que felizmente nosso comportamento nessa Casa, até hoje, tem sido de uma postura ética, de respeito, e cumprindo sempre os compromissos que aqui assumimos. Assumi um compromisso com o Deputado Ferrari de que votaria também na criação dos cursos de Medicina e Odontologia que passasse da responsabilidade da Prefeitura de Maringá para o Governo do Estado. Mantereí esta minha proposta ao Líder do PRN e votarei também com Vossa Excelência e faço um apelo a todos os meus companheiros da Assembléia Legislativa do Estado, com todo o respeito que tenho pelo meu Líder, Deputado Caíto Quintana, que tenho certeza haverá de se sensibilizar também das necessidades que Cianorte hoje precisa e de Maringá também.

Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados, na certeza, na confiança, de que teremos o apoio de Vossas Excelências.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - (Para encaminhar) - Senhor Presidente, nobres Deputados.

O Deputado Ferrari Júnior, naturalmente, na tentativa de angariar também o meu voto a favor desse projeto citou-me como testemunha na presença da visita que fez o Governador Álvaro Dias na Universidade de Maringá, quando lá estava como Deputado Estadual, eu e o Deputado José Alves. Realmente este foi o pronunciamento do Senhor Governador naquele momento.

Atendendo à vontade do Governador, segundo o seu pronunciamento, atendendo à solicitação da Universidade de Maringá, atendendo à vontade do prefeito Ricardo Barros, que aqui se encontra presente também, que há muito vem lutando, para que nós déssemos o nosso apoio através da Liderança do PFL, enquanto eu era líder, e

agora na Liderança do Deputado João Arruda, dando testemunho de que, nós queremos ver a Universidade de Maringá também contemplada com seu Curso de Medicina e Odontologia gratuito, pago pelo Estado, a exemplo das outras Universidades Estaduais, nós apoiamos esta decisão.

E apoiamos também a Emenda do Deputado Manfrinato, de Cianorte, que solicita que seja estadualizada a Faculdade de Cianorte.

E quero dizer a esta Casa que apresentarei em breve um projeto, estadualizando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul, e, se ainda não o fiz é porque preciso de anuência daqueles que detêm o domínio da Faculdade atualmente. Mas pretendemos apresentar em breve, e esperamos que esta Casa, com o mesmo espírito que vota hoje a transferência destes cursos para o Estado, que votem também a transferência da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul a responsabilidade do Estado: porque as pequenas Faculdades, onde cursam os professores, as pessoas que vivem no Interior, com a maior dificuldade de se preparar para melhor servir o nosso Estado, às vezes acabam pagando muito caro.

Então, é necessário que estes benefícios sejam estendidos também, a exemplo das Universidades que criamos, do Centro Oeste e no Sudoeste, é necessário também que o Norte do Paraná tenha estadualizado as suas Faculdades de Filosofia, Jandaia do Sul e Mandaguari tão logo seja solicitada.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, apenas para justificar ao ilustre Deputado Costenaro Neto, de que nós não estamos estadualizando os cursos de Cianorte. É uma extensão que existe já da Universidade Estadual de Maringá, que é estadual.

Nós apenas estamos transferindo os encargos, como já justifiquei aqui, quando encaminhei a matéria. Gostaria que o Deputado tivesse conhecimento, de que não é este o fato.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Para encaminhar, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Observando a intenção do Projeto de Lei n° 186/89, que foi objeto de negociação nesta Casa exatamente com os Deputados de Maringá e mais claramente, o Deputado Ferrari Júnior, nós queremos aqui, como Deputados do Sudoeste, que lutamos há muito tempo pela estadualização das nossas Faculdades, assim como pela Universidade

do Sudoeste, a UNIVALE, queremos dizer aqui que nós votaremos juntamente com o projeto.

Votaremos com o Projeto na questão de que o Estado do Paraná mantenha os cursos de Medicina e Odontologia da Universidade Estadual de Maringá.

Assim como votaremos também com a solicitação do nobre Deputado Dirceu Manfrinato.

Agora nós como Deputado do Sudoeste, que estamos numa luta de longa data pela estadualização e pela manutenção dos cursos, e, que isto neste momento não viria conflitar com a nossa luta maior, que é a criação da Universidade tendo em vista as nossas responsabilidades e os nossos compromissos maiores com a educação fundamental, queremos até neste momento, aproveitando a oportunidade, dizer que os Deputados do Sudoeste entram neste momento em apoio a este projeto, mas também com emendas que fará que o Estado do Paraná assumam também a responsabilidade de manutenção dos cursos da FACIBEL que é a faculdade com sede em Francisco Beltrão, e também da FUNESPE que é a faculdade do Município de Pato Branco.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. NILTON BARBOSA - Para encaminhar, Senhor Presidente. (Assentimento).

Senhor Presidente, quando da estadualização da UNIOESTE de Cascavel, nós entramos aqui na Casa com uma Emenda que autorizaria o Governo, na época a criar a Universidade do Noroeste do Estado com sede em Umuarama.

Com a compreensão dos companheiros Parlamentares da Região e de outras regiões nós conseguimos ter a nossa emenda aprovada, emenda que em seguida veio a ser vetada pelo Senhor Governador Álvaro Dias, tirando então, a autorização que dava a este Poder de criar a Universidade do Noroeste na cidade de Umuarama.

Nós temos a Faculdade particular em Umuarama, que, em falta de uma universidade, vem atender às pessoas que têm condições, inclusive, a grande maioria sem condições cobra os seus sacrifícios para que possam lá estudar.

Mas, nós não podemos deixar, Senhor Presidente, de nesta oportunidade, não só votar de que o Governo assumam os Cursos de Medicina e Odontologia de Maringá, porque tem a UEM feito um belo trabalho não só em Maringá e Cianorte, como em todo Noroeste; tem ela extensão em Cidade Gaúcha, tem atendido já Cruzeiro do Oeste, tem atendido diversos municípios de nossa região; uns que temos o prazer de representá-los aqui na Assembléia e outros onde temos diversos companheiros e sabemos das suas necessidades.

Nós deixaremos aqui bem claro o nosso voto de apoio para que se assumam os cursos da extensão que estão sendo levados para a cidade do nosso companheiro Dirceu Manfrinato, bem dirigida pelo seu Prefeito Edno Guimarães.

Gostaríamos que em breve estivesse também a UEM atingindo outros municípios nossos, até mesmo na falta, talvez, da possibilidade de criarmos a Universidade de Umuarama. Que a UEM faça um estudo para que se chegue até lá. Porque a nossa juventude e os nossos companheiros de região não suportam mais as altas taxas de custos cobradas pelos ensinos particulares.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação, a emenda do Deputado Dirceu Manfrinato. Aprovada.

Deputado Lindolfo Júnior...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, Senhor Presidente. (Assentimento).

Senhor Presidente, serei rápido, apenas quero agradecer aos Senhores Deputados em meu nome e em nome do Prefeito de Cianorte que se encontra presente, Prefeito Edno Guimarães, e em nome também da comunidade de Cianorte: nós agradecemos a todos os companheiros que foram solidários à nossa Emenda e quero agradecer ao Líder do PRN, Deputado Ferrari Júnior, que nos propiciou no seu projeto esta emenda.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Poder Executivo destinará no orçamento do Estado na respectiva dotação os recursos necessários para a manutenção dos cursos, Lindolfo Júnior. Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado.

Adicione-se ao Artigo 1º - Fundação de Ensino de Pato Branco e Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão. Haroldo Ferreira e outros. Aprovado.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, pela ordem. (Assentimento).

O SR. MÁRIO PEREIRA (Pela Ordem) - Uma informação, Senhor Presidente. Nós ao aprovarmos o Projeto de Lei nº 235/90 do Tribunal de Contas, no artigo 3º, pela leitura do Deputado Alborghetti, fala que o aumento a partir de abril dos servidores do Tribunal de Contas, será de acordo com a política salarial do Governo Federal e aprovamos também uma Emenda Aditiva dizendo que a partir de abril, os aumentos serão de acordo com IPC do mês anterior.

Ora, essa Emenda Aditiva é conflitante com o projeto que adota uma outra política salarial de aumento. Eu gostaria de saber

da Presidência que providência será adotada com relação ao encaminhamento de uma Emenda Aditiva que conflita com o projeto aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A providência é simples, Senhor Deputado, na votação em 3ª discussão Vossa Excelência apresentará uma emenda Corretiva.

A Mesa recebe a comunicação do Secretário da Comunicação Social Mussa José Assis, jornalista, que assumiu essa Secretaria.

Tratando-se de um exemplar homem público e funcionário, eu suspendo a Sessão por cinco minutos para receber os cumprimentos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 26/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que isenta do Imposto de Circulação de Mercadorias - ICMS, na aquisição de veículos para o serviço de táxis de profissionais autônomos no Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. -

Emendas - Aprovadas.

Projeto - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/90, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que isenta do pagamento de taxas de confecção de cédula de identidade, os maiores de sessenta e cinco anos. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 11/90, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO e OUTROS, que autoriza a realização de plebiscito no Município de HONÓRIO SERPA, criado pela Lei nº 9184, para opinar sobre a instalação, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL de Plenário. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 24/90, de autoria do Deputado NEREU MASSIGNAN, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para a criação do Município de NOVA SANTA BÁRBARA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 25/90, de autoria do Deputado NEREU MASSIGNAN, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para a criação do Município de BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 26/90, de autoria do Deputado NEREU MASSIGNAN, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para a criação do Município de CRUZEIRO DO IGUAÇU. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 31/90, de autoria dos Deputados ANIBAL KHURY e ACIR MEZZADRI, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, nos Municípios de Palmeira e Balsa Nova, para que a população decida sobre a criação do Município de WITMARSUM DO PURUNA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. - Foi retirado pelos autores, por algumas sessões.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 84/88, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS MULHERES DE CARREIRA JURÍDICA, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 225/89, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS SERVIDORES DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 233/89, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA MONTE MORIA - AEMOM, com sede e foro no Distrito de Mauá da Serra, no Município de Marilândia do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 269/89, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA POPULAR DE RIBEIRÃO DO PINHAL, com sede e foro no Município de Ribeirão do Pinhal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 331/89, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública a SANTA CASA DE PARANAVAÍ, com sede e foro em Paranavaí. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 392/89, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que autoriza o Poder Executivo a consolidar e renegociar a dívida da Cidade Industrial de Curitiba S/A. CIC, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 398/89, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que concede a Maria Rodrigues da Silva, viúva do ex-Prefeito de Jardim Alegre, Sr. José Lopes da Silva, pensão mensal no valor de dois salários mínimos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário de autoria dos Srs. Deputados José Rogério Carvalho, Werner Wanderer, Caíto Quintana e demais Srs. Deputados, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N° 398/89

Acrescente-se, onde couber, o seguinte dispositivo:

"Art. ... - A pensão mensal de que trata a Lei n° 8987, de 25 de maio de 1989, concedida a Czeslaw Lewandowski, passa a ter o seu valor calculado em salários-mínimos."

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(aa) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO,
WERNER WANDERER, ORLANDO PESSUTI,
CAÍTO QUINTANA, HOMERO OGUIDO
e FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A pensão mensal concedida ao pintor Czeslaw Lewandowski, apesar de ter sido proposta em salário-mínimo, ficou expressa em salário-mínimo de referência, já inexistente.

A presente emenda tem por objetivo corrigir o valor que se tornou insignificante.

Projeto - Aprovado, artigo por artigo.
Emenda - Aprovada.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 21/90, de autoria do Deputado ANTONIO ANIBELLI, que torna obrigatória a execução dos Hinos Nacional e do Paraná, nas festividades esportivas e nos estabelecimentos de ensino. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 21/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, tem por finalidade tornar obrigatória a execução dos Hinos Nacional e do Paraná nas festividades esportivas e nos estabelecimentos de ensino.

Formalmente, a matéria apresenta-se irretocável, situando seu objeto na esfera de atuação do Poder Legislativo, inexistindo desta forma, óbice à aprovação do presente projeto.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação. É o parecer.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
NEREU CARLOS MASSIGNAN - Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 29/90, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de Utilidade Pública a CRECHE MUNICIPAL RECANTO FELIZ, da cidade de Mandaguari - PR. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 176/90, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO SANTOS LIMA, com sede e foro nesta Capital. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 204/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 75/90), que cria o Quadro Próprio da Secretaria de Estado da Comunicação Social e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 204/90

P A R E C E R:

O presente plano de lei, encaminhado a esta Augusta Casa de Leis, por Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, através da Mensagem n° 75/90, objetiva criar o Quadro Próprio da Secretaria de Estado da Comunicação Social, e dá outras providências.

Formalmente, a matéria apresenta-se irretocável, situando seu objetivo na esfera de atuação do Poder Executivo, inexistindo óbices à aprovação do presente projeto.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação. É o parecer.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
DIRCEU MANFRINATO - Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

210/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que cria, "ad referendum" de plebiscito, o Município de NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE, desmembrado do Município de Enéas Marques e parte do Município e Salto do Lontra, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 210/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado João Arruda, tem por finalidade criar "ad referendum" de plebiscito, o Município de Nova Esperança do Sudoeste, desmembrado do Município de Enéas Marques e parte do Município de Salto do Lontra.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida, consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais e vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer

Sala das Comissões, em

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
FERRARI JÚNIOR - Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 211/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que cria, "ad referendum" do resultado de plebiscito, o Município de PINHAL DE SÃO BENTO, cita limites e confrontações e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. -Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 211/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado João Arruda, tem por finalidade criar "ad referendum" do resultado de plebiscito, o Município de Pinhal do São Bento.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida, consubstanciada na vontade da população interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais e vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em
(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 09/90, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que autoriza a realização de plebiscito, no Município de Pato Branco, para que a população decida sobre a criação do Município de BOM SUCESSO DO SUL, desmembrado do Município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria dos Srs. Deputados Lauro Lobo Alcantara e José Rogério Carvalho, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 09/90
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Pato Branco, para que a população decida sobre a criação do município de BOM SUCESSO DO SUL, desmembrando-o do Município de Pato Branco.

"Partindo do sentido Sul-Leste na localidade de Gramados e seguindo pela PR-469, até o trevo de acesso a Bom Sucesso, daí pelo acesso da PR-469 até o Rio Vitorino, daí segue pelo Rio Vitorino até um córrego da divisa com o Município de Itapejara d'Oeste, daí segue pela divisa de Itapejara d'Oeste até o Rio Santana, daí segue pelo Rio Santana até o Arroio Elias, segue pelo Arroio Elias até uma estrada, daí segue pela divisa do Município de Renascença, até o rio Lamedor e seguindo pelo mesmo até o rio Vitorino, daí pelo rio Vitorino até o Lageado das Cobras e pela Estrada de Gramados, até o ponto de partida."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(aa) LAURO LOBO ALCANTARA

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoio: JOSÉ ALVES, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A área anteriormente descrita estava em desacordo com o pensamento da população de Bom Sucesso do Sul (município a ser criado, desmembrando-se de Pato Branco), a qual, através de suas mais expressivas lideranças, solicitou desta Colenda Casa a modificação que permitirá ao município a ser criado, expandir-se na sua plenitude com uma área aproximada de 169 quilômetros quadrados.

Projeto Aprovado, artigo por artigo.

Emenda. Aprovada.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 09/90

P A R E C E R:

O presente Projeto de Resolução, de autoria do Ilustre Parlamentar Lauro Lobo Alcantara visa autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Pato Branco, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Bom Sucesso do Sul, desmembrado do Município de Pato Branco.

Analisada a matéria, vê-se que a mesma obedece o disposto no inc. XXIII, do art. 54, da Constituição Estadual.

Assim sendo o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 228/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 64/89), que autoriza o Poder executivo permutar imóveis no Município de Cornélio Procópio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C, por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 81/89, de 19.09.89, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 228/89

P A R E C E R:

Oriundo do Poder Executivo, Mensagem n. 64/89, o presente plano de lei autoriza o Poder Executivo permutar vários imóveis no Município de Cornélio Procópio, conforme consta no mesmo.

Vigente a nova Constituição Estadual, promulgada na data de 05 de outubro de 1989, encontramos em seus arts. 10, § único e 53, XIV, que alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e que cabe a esta, com sanção do Governador do Estado, a iniciativa de matéria a alienação de bens imóveis do Estado.

A medida proposta foi precedida de criteriosos estudos através do protocolado n. 573. 191-7/89 (e seu anexo, protocolado sob n. 580.091-9/89). Nele além da necessária documentação incluindo diversos pareceres dos órgãos competentes, figuram os laudos de avaliação dos questionados imóveis, onde se consta saldo maior a favor do Estado.

Além disso, salientamos que a permuta dos imóveis harmoniza-se com os interesses da administração, pois aquele que irá integrar o patrimônio do estado possui prédio escolar com mais ampla e melhores instalações além de mais valorizado.

Por todo o exposto, este Relator opina pelo Parecer FAVORÁVEL à aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.10.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 228/89

P A R E C E R:

O Poder Executivo encaminhou a esta Casa de Leis, através da Mensagem Governamental n° 64/89, o projeto de lei que autoriza o referido Poder permutar vários imóveis no município de Cornélio Procopio, conforme consta no mesmo.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, em relação ao aspecto legal e constitucional da matéria, deu seu parecer Favorável, de conformidade com os artigos 10, parágrafo único, e 53, XIV, da Constituição Estadual.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar, de conformidade com o art. 53 do Regimento Interno, entende em seguir o mesmo parecer dado pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

Assim sendo, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.89.

(aa) ACIR MEZZADRI - Presidente

NAMIR PIACENTINI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 173/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 67/90), que dá nova redação ao art. 6° da Lei n° 9194, de 18.01.90. (Os valores de gratificação de gabinete e da gratificação de produtividade ficam reajustados em 292.11% (duzentos e noventa e dois inteiros e onze centésimos por cento). Aprovado. (Publ. no D.A. n° 28/90, de 27.03.90, Mensagem).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 29/90, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que autoriza a realização de plebiscito nas divisas descritas, no atual Distrito Administrativo e Judiciário de Alto Alegre, no Município de Colorado, para que a população decida sobre a criação do Município de ALTO ALEGRE. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 38, de 16.04.90).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 984, de autoria do Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 994, de autoria do Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legis-

lativa.

Requerimento de n° 1005, de autoria dos Deputados Haroldo Rodrigues Ferreira e Ezequias Losso, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 997, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 1001 de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 1003, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1002, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 898, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1007, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 998, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 999, 1000, de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 995, 996, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1004, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1011, de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 929, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante

do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 982, 983, de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 986, 987, 988, 990, 992, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 993, de autoria dos Senhores Deputados Namir Piacentini, Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 830, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 941, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, com apoio do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ANTONIO COSTENARO NETO - (Pela Ordem). Eu apresentei um Projeto de Resolução e um Requerimento e não vi ser anunciado nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Requerimento de Vossa Excelência, projeto, foi encaminhado à Comissão Executiva para Parecer.

O SR. ANTONIO COSTENARO NETO (Pela Ordem)
E o requerimento é pedindo que, em função do que tem acontecido nesta Casa, todos os dias, que fosse feito uma Comissão Plenária para apreciar o meu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após a

manifestação da Comissão Executiva nós colocaremos o requerimento de Vossa Excelência em votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando, para logo após o encerramento desta, uma sessão extraordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 34/90, e dos Projetos de Lei n.ºs 232/90, 233/90, 234/90, 235/90 e 186/89.

Levanta-se a sessão.

EM TEMPO:

Na 9.ª Sessão Extraordinária realizada nesta data, foi designada a seguinte Ordem do Dia, para a próxima Sessão Ordinária a se realizar amanhã, quarta-feira, dia 25, às quatorze horas e trinta minutos:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 232/90, 233/90, 234/90 e 235/90.

- 4.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 186/89.

- 3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 84/88, 225/89, 233/89, 269/89, 331/89, 392/89, 398/89, 21/90, 29/90, 176/90, 204/90, 210/90, 211/90, e do Projeto de Resolução n.º 09/90.

- 2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 228/89 e 173/90 e do Projeto de Resolução n.º 29/90.

- 1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 242/90 e do Projeto de Resolução n.º 36/90.